RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO - MG

MUZAMBINHO
MARÇO / 2017

Prefeito Municipal

NOME : Ivan Antonio de Freitas	CPF 113.059.166-20

Integrantes do Controle Interno

NOME: Iraní Fatima Figueiredo	CPF860.586.818-04

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

15. Indicação do montante inscrito em restos a pagar e do saldo, na conta depósitos, de valores referentes às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com a avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante

16. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência

17. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas

18. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis do instituto próprio de previdência, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos

19. Aplicação de Recursos Públicos realizada por Entidades de Direito Privado

20. Medidas adotadas para proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado

21. Termos de Parceria firmados e a participação do município em Consórcio Público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento

22 . Cumprimento, da parte dos representantes dos Órgãos ou Entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas de Minas Gerais

23. Conclusão

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, ao art. 62 da Lei Orgânica Municipal, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, **apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2016.**

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2016 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

As exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas estão se consolidando, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2016, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que o objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também se considerou a arrecadação das receitas do Município, a qual se superou as expectativas, sendo, portanto, suficiente para realizar todos os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que se consideraram prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF, na Instrução Normativa nº 06/2004 e demais legislações.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Quadro 1

AVALIAÇAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E DEFINIDAS COMO PRIORITÁRIAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2016						
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	**REALIZAÇÃO**			**VALOR**		**POPULAÇÃO ATENDIDA**
	SIM	**NÃO**	**PARCIAL**	**PREVISTO (R$)**	**REALIZADO (R$)**	
Manutenção da Secretaria de Administração	x			499.500	580.580,l46	100%
Aquisição de equipamento e Mat. Permanente secret. administração		x		10.000,00	0,00	
Manutenção da Secretaria de Administração	x			499.500	580.580,46	100%
Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	x			305.500,00	332.375,82	100%
Manutenção da procuradoria Jurídica			x	51.000,00	48.148,47	100%
Manutenção da Secretaria da Fazenda	x			101.000,00	127.143,08	100%
Manutenção atividades Secretaria de Educação			x	58.000,00	30.185,62	100%
Manutenção da Secrt. Cultura, esporte e lazer	x			345.000,00	341.559,11	100%
Manutenção da Secret. De Obras			x	966.500,00	905.552,44	100%
Manutenção Secretaria de agricultura	x			92.000,00	95834,39	100%
Manutenção Secretaria Industria e comercio			x	114.500,00	88.979,05	100%
Manutenção da Secretaria meio Ambiente			x	25.000,00	2.360,00	
Manutenção Policia Civil e militar	x			189.900,00	177.191,61	100%
Manutenção do Almoxarifado e Patrimon.	x			201.500,00	215.944,19	100%
Manutenção atividades fiscalização e arrecadação	x			429.500,00	593.921,36	100%
Manutenção departamento Contabilidade	x			287.500,00	309.113,24	100%
Aquisição equipamento e mat.permanente Assistência Social	x			42.000,00	81.000,00	100%
Manutenção secretaria Assistência Social	x			359.500,00	406.894,66	100%
Manutenção Fundo da criança e adolescente	x			196.000,00	201.020,08	100%
Manutenção Secretaria saúde	x			253.001,00	253.132,51	100%
Manutenção Agentes comunitários de Saúde	x			681.000,00	697.937,48	100%
Aquisição equip. mat. Permanente Posto de saúde			x	252.000,00	212.440,00	100%
Construção e reforma. UBS			x	200.000,00	139.312,97	100%
Implantação Academia de saúde		x		200.000,00	0,00	

Manutenção procedimentos Odontológicos	x			356.000,00	396.335,83	100%
Manutenção Programa Saúde da Família	x			1.590.500,00	1.794.807,76	100%
Manutenção ativ, posto de saúde			x	1.091,000,00	1060.309,29	100%
Manutenção Proc. Amb.Hospitalares	x			2.452.500,00	2.677.133,82	100%
Manutenção Ati. Epidemiologia			x	503.500,00	470.309,58	100%
Manutenção Ensino Fundamental			x	6.660.500,00	5.313.127,08	100%
Manutenção Transporte escolar	x			2.549.000,00	2.816.444,63	100%
Manut. Atv. Creches	x			200.000,00	1.010.145,20	100%
Reformas Imóveis tombados			x	412.000,00	75.445,40	
Manutenção Atividades diversas festas no município			x	532.000,00	242.685,41	100%
Abertura de ruas, asf. E recap.	x			332.000,00	375.001,84	100%
Manutenção atividades Vias urbanas	x			102.500,00	112.013,08	100%
Manutenção e praças e jardins			x	586.000,00	377.696,72	100%
Manutenção Iluminação Publica	x			700.000,00	852.723,18	100%
Manutenção limpeza pública			x	1.076.000,00	986.490,36	100%
Aqui. Equip.mat. permanente meio rural		x		130.000,00	0,00	
Aquisição equipamentos estradas vicinais		x		420.000,00	0,00	
Construção de pontes e mata-burros			x	310.000,00	288.968,26	100%
Manutenção das atv. Estradas vicinais	x			1.071.500,00	1.087.080,32	100%
TOTAL						

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

As ações executadas pelo Município no exercício de 2016 foram predominantemente voltadas à manutenção das atividades, motivo pelo qual houve poucos investimentos.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do exercício de 2016, estabelecidas na LDO, conforme determina o § 1°, do art. 4°, da LRF:

Quadro 2

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2016		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDA (R$)	REALIZADA (R$)
Receita Total	45.500.000,00	53.234.785,03
(-) Aplicações Financeiras	3.075.000,00	5.769.068,22
(-) Operações de Crédito	0,00	152.667,43
(-) Receitas de Alienação de Ativos	100.000,00	74.000,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Dedução Fundeb		4.921.444,87
= RECEITA FISCAL (I)	42.325,000,00	42.317.604,01
Despesa Total	45.500,000,00	38.177.542,38
(-) Juros e Encargos da Dívida	180.161,17	97.160,11
(-) Amortização da Dívida	118.000,00	110.432,62
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	46.001.838,83	37.969.949,65
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	**(2.939.000,00)**	**4.347.654,36**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A LDO estabeleceu como meta de resultado primário o valor de R$ 2.939.000,00 (Dois milhões, novecentos e trinta e nove mil reais) para ser alcançado no decorrer do exercício de 2016. Ao final do exercício, o resultado apurado foi de R$ 4.347.654,36 (Quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil,seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), tendo sido obtido um valor superior a meta prevista na LDO, o que demonstra o empenho da administração municipal em cumprir as suas metas e em honrar seus compromissos.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2016, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1°, do art. 4°, da LRF:

Quadro 3

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDA NA LDO EXERCÍCIO DE 2016			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2015	Previsão para 2016	Realizado em 2016
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	R$ 702.692,01	809.764,44	744.926,82
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	**0,00**	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada	**R$ 702.692,01**	**809.764,44**	**744.926,82**
(–) Total do Ativo Disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras)*	R$ 3.282.903,92	35.840.084,47	3.434.479,46
(–) Haveres Financeiros (devedores diversos)*	R$39.409,22	31.667,31	27.309,09
(+) Restos a Pagar Processados*	R$2.670.973,39	1.352.821,33	1.365.341,62
= Dívida Consolidada Líquida	-226.418,59	1.352.821,33	-1.351.520,11
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00
(-) Passivos Reconhecidos (parcelamento de dívida: INSS, FGTS, PIS/PASEP e outras)	0,00	000	152.667,43
Dívida Fiscal Líquida	-226.418,59	-33.709.166,01	-1.504.187,54
RESULTADO NOMINAL		0,00	-1.277.768,95

***Atenção:** Quando a soma do Total do Ativo Disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras) mais os Haveres Financeiros (devedores diversos) apresentar resultado menor que o montante dos Restos a Pagar Processados, deverão ser descartados os valores apresentados nas três linhas para a apuração do resultado, conforme critério adotado pelo TCE/MG (SIACE/LRF) e STN. **Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, mas foram deduzidos os valores das dívidas entre as entidades municipais.

O Resultado Nominal do exercício de 2016 corresponde à variação entre a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2016 e a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2015, sendo desejável a obtenção de um resultado negativo que demonstra um decréscimo da dívida em relação ao ano anterior.

As metas de resultado nominal foram estabelecidas na LDO observando-se as instruções e modelos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e da Secretaria do Tesouro Nacional, incluindo na dívida consolidada os precatórios emitidos a partir de 05/05/2000 que foram incluídos no orçamento e não pagos. No entanto, é importante ressaltar que no SIACE/LRF é possível adicionar o valor correspondente aos citados precatórios na dívida consolidada, contudo, o SIACE/PCA não contém uma tabela para possibilitar o registro e a identificação dos mesmos, o que poderá causar divergências numa eventual comparação entre o resultado nominal apurado nos dois sistemas do TCE/MG.

A Dívida Consolidada Líquida apresentou uma redução de R$ R$ 1.125.101,52 em relação ao saldo apurado em 31/12/2015. A diminuição da Dívida Consolidada Líquida deve-se à redução dos Restos a pagar processados e do aumento das disponibilidades de caixa que impactam diretamente no cálculo Dívida Consolidada,.

Quanto à análise do Resultado Nominal apurado no final do exercício, destaca-se que as metas definidas na LDO foram superadas, sendo que houve uma redução de R$ -3.714.401,16 no valor da dívida fiscal líquida.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2016 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei n° 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 3.42 de 17 de dezembro de 2015.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;

- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R$ 45.500.000,00 e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	**VALOR (R$)**	**DESPESA FIXADA POR CATEGORIA**	**VALOR (R$)**
Receitas Correntes	46.523.113,00	Despesas Correntes	39.062.613,00
Receitas de Capital	3.880.887,00	Despesas de Capital	3.880.887,00
Deduções para o FUNDEB	4.904.000,00	Reserva de Contingência	2.556.500,00.
		Reserva Orçamentária	**2.546.000,00**
TOTAL	**45.500.000,00**	**TOTAL**	**45.500.000,00**

Nota: Incluídas as receitas e despesas intra-orçamentárias.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei n° 4.320/64, Lei n° 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2016.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas das receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara e autarquia;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista,

refazia-se todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

RECEITA				**DESPESA**			
TÍTULOS	**PREVISÃO (R$)**	**EXECUÇÃO (R$)**	**DIFERENÇA (R$)**	**TÍTULOS**	**FIXAÇÃO (R$)**	**EXECUÇÃO (R$)**	**DIFERENÇA (R$)**
Receitas Correntes	46.523.113,00	52.548.851,14	6.025.738,14	**Créd.Orçamentários e Suplementares**	45.000.143,00	37.670.134,18	(7.330.008,82)
Receitas de Capital	3.880,887,00	678.912,31	(3.201.974,19)	**Créditos Especiais**	1.299.857,00	610.855,24	(689.001,76)
Deduções para o FUNDEB	4.904.000,00	(4.921.444,87)	(17.444,87)	**Créditos Extraordinários**	0,00	0,00	0,00
Soma	**45.500,000.00**	**48.306.319,08**	**2.806.319,08**	**Soma**	**46.300.000,00**	**38.280.989,42**	**(8.019.010,58)**
Déficit	800.000,00	**152.667,43**	**637.332,57)**	Superávit	0,00	10.025..329,66	10;.025.329,66
Total	**46.300.000,00**	**48.306.319,08**	**2.006.319,08**	**Total**	**46.300.000,00**	**48.306.319,08**	**2.006.319,08**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R$ 45.500.000,00 (Quarenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R$48.306.319,08 (quarenta e oito milhões, trezentos e seis mil, trezentos e dezenove reais e oito centavos) ocorrendo um excesso de arrecadação no valor de R$ 2.006.319.08(dois milhões, seis mil,trezentos e dezenove reais e oito centavos).

O déficit apresentado na coluna previsão das receitas é decorrente da abertura de créditos adicionais utilizando-se a fonte de recursos operações de crédito no montante de R$ 800.000,00 nos quais foram liberados pela Instituição Financeira o montante de R$ 152.667,43.

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R$ 8.112.942,19 (oito mil,cento e doze mil,novecentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos).

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2016		
Lei Orçamentária de 2016	R$	45.500.000.00
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária		25 %
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R$	11.375.000,00
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R$	1.317.857,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R$	12.692.857,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R$	8.112.942,19
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R$	(4.579.914,81)

4.4.2. Créditos especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados, os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/64, do art. 167, inciso V, da Constituição da República, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa. Os créditos especiais atingiram o valor de R$ 1.317.857,00(um milhão,trezentos e dezessete mil,oitocentos e cinqüenta e sete reais).

Quadro 7

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2016		
Total dos Créditos Especiais Autorizados	R$	1.317.857,00
(-) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	R$	1.317.857,00
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R$	0,00

4.4.3. Créditos extraordinários

No exercício de 2016, não houve abertura de créditos extraordinários

4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

Quadro 8

APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2016		
Receita Arrecadada	R$	48.806.319,08
(-) Receita Prevista na LOA	R$	45.500.000,00
(=) Excesso ou Insuficiência de Arrecadação	R$	2.806.319,08
(-) Créditos Extraordinários Abertos no Exercício sem a Indicação do Recurso Correspondente	R$	0,00
(=) Excesso de Arrecadação Líquido	R$	2.806.319,08
(-) Total de Créditos Adicionais abertos por excesso de arrecadação	R$	0,00
(=)Diferença a Maior ou a Menor	R$	2.806.319,08

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Quadro 9

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2016	
Total do Ativo Financeiro de 31/12/2015	R$ 0,00
(-)Total do Passivo Financeiro de 31/12/2015	R$ 0,00
(=) Superávit ou Déficit Financeiro	R$ 0,00
(-) Saldo Remanescente de Créditos Adicionais Transferidos do Ano Anterior e Reaberto no Exercício atual sem o Recurso Correspondente	R$ 0,00
(-) Operações de Créditos Arrecadadas no Ano Anterior e não Utilizadas para a Abertura de Créditos Adicionais	R$ 0,00
(=) Superávit ou Déficit Financeiro Líquido	R$ 0,00
(-) Total de Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro	R$ 0,00
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R$ 0,00

*** Nota:** As operações de crédito não utilizadas devem ser subtraídas, nesse caso, porque os créditos adicionais serão abertos com o recurso "operação de crédito" e não pelo superávit financeiro.

No exercício de 2016, não houve a abertura de créditos adicionais tendo como fonte de recursos o superávit financeiro.

4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Quadro 10

APURAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO UTILIZADAS PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2016	
Total de Operações de Créditos Arrecadadas no exercício de 2016	R$ 152.667,43
(+) Operações de Créditos Arrecadadas no Ano Anterior e não Utilizadas	R$ 0,00
(=) Total de Operações de Crédito	R$ 152.667,43
(-) Total de Créditos Abertos por Operações de Crédito no exercício de 2016	R$ 800.000,00
(=) Diferença a Maior ou a Menor	(R$ 637.332,57)

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 11

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016.								
EXERCÍCIOS	**2014**		**2015**			**2016**		
ESPECIFICAÇÃO	**Arrecadação (R$)**	**AV (%)**	**Arrecadação (R$)**	**AH (%)**	**AV (%)**	**Arrecadação (R$)**	**AH (%)**	**AV (%)**
Receitas Correntes	**40.520.612,17**	**97,17**	**41.408.761,55**	**102**	**92,42**	**47.634.427,35**	**115**	**98,59**
Receitas de Capital	**1.179.047,38**	**2,83**	3.392.654,61	**287**	**7,58**	**678.912,81**	**20**	**1,41**
TOTAL	41.699.659,55	**100**	**44.801.416.16**	**107**	**100**	**48.313.340,16**	**107**	**100**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 98,59% das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 1,41%.

Percebe-se a partir do quadro acima que a(s) receita(s) corrente apresentou (ram) um crescimento da ordem de 15%.

Esclarece-se que tal fato se deve por exemplo a melhor arrecadação do FPM em decorrência da repatriação de recursos oriundos do exterior

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 12

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016								
EXERCÍCIOS	**2014**		**2015**			**2016**		
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (R$)**	**AV (%)**	**Realizada (R$)**	**AH (%)**	**AV (%)**	**Realizada (R$)**	**AH (%)**	**AV (%)**
Despesa Corrente	**32.036.611,32**	91.86	35.548.357,52	110	93,44	36.666.022,84	103	96,04
Despesa de Capital	**2.913.310,50**	8,34	2.496.716,09	85	6.56	1.511.519,54	60	3,96
TOTAL	34.949.921,82	**100**	**38.045.073,61**	**108**	**100**	**38.177.542,38**	**100,3**	**100**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica Despesa de Capital reduziram) no exercício de 2016 em relação aos exercícios

anteriores em função da frustração de receitas principalmente as provenientes de transferências voluntárias.

4.7. Reserva de Contingência

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência não foi utilizada .

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no exercício de 2016 conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2016 assim pode ser demonstrada:

Quadro 13

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2016			
INGRESSOS (R$)		**DISPÊNDIOS (R$)**	
Orçamentários	48.306.319,08	Orçamentários	38.280.989,42
Extra-orçamentários	6.844.282,03	Extra-orçamentários	9.934.862,03
SOMA	**55.150.601,11**	**SOMA**	**48.215.851,45**
Transferências Financeiras Recebidas	1.201.750,00	Transferências Financeiras Concedidas	1.098.281,28
Disponível no Período Anterior	40.780.412,05	Disponível para o Período Seguinte	47.715.161,71
TOTAL	**95.931.013,16**	**TOTAL**	**95.931.013,16**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas somente nos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República;
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12/2016 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

Quadro 14

S MENSAIS DE ARRECADAÇÃO 2016		
Meses	**Receitas Previstas (R$)**	**Receitas Arrecadadas(R$)**
Janeiro	3.001.560,00	4.856.486,15
Fevereiro	2.852.260,00	3.640.969,05
Março	2.781.360,00	3.399.454,83
Abril	3.039.373,00	3.404.530,48
Maio	2.985.510,00	3.468.046,31
Junho	3.063.760,00	3.350.614,47
Julho	3.102.060,00	4.234.785,21
Agosto	3.887.160,00	4.969.483,85
Setembro	3.407.610,00	3.515.647,75
Outubro	3.729.260,00	3.999.195,98
Novembro	5.520.756,00	4.088.161,65
Dezembro	8.429.331,00	5.989.964,43
TOTAL	**45.500.000,00**	**48.313.340,16**

Quadro 16

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2016		
Meses	Pagamentos Previstos (R$)	Pagamentos Realizados (R$)
Janeiro	2.805.709,67	1.677.352,00
Fevereiro	***2.672.946,54***	2.349.439,24
Março	***2.597.936,81***	2.884.921,66

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2016		
Meses	Pagamentos Previstos (R$)	Pagamentos Realizados (R$)
Abril	***2.883.182,48***	2.947.258,09
Maio	***2.815.840,73***	2.819.658,91
Junho	***2.895.514,54***	2.905.787,94
Julho	***2.926.369,14***	3.239.397,73
Agosto	***3.699.625,95***	3.766.195,05
Setembro	3.261.153,13	3.337.058,60
Outubro	3.580.688,52	1.791.710,49
Novembro	5.081.132,85	4.406.036,35
Dezembro	7.723.400,64	4.695.883,10
TOTAL	**42.943.500,00**	**280.989,4238.**

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2015 e 2016:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 17

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2015 e 2016					
ATIVO			**PASSIVO**		
TÍTULOS	**2015 (R$)**	**2016 (R$)**	**TÍTULOS**	**2015 (R$)**	**2016 (R$)**
Financeiro	40.844.638,05	47.753.248,18	Financeiro	5.077.343,88	1.833.082,22
Permanente	16.855.091,38	11.919.428,68	Permanente	702.699.,01	1.392.259,39
	_____	----------	Reservas Matemáticas	**33.562.625,29**	37.276.586,45
Soma do Ativo Real	**57.699.730.03**	**63.903.734,90**	**Soma do Passivo Real**	**39.342.661,18**	**40.501.928,06**
Passivo Real a Desc.	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	18.357.068,85	23.401.806,84
Compensado	0,00	0,00	Compensado	0,00	0,00
TOTAL	**57.699.730.03**	**63.903.734,90**	**TOTAL**	**57.699.730.03**	**63,903.734,90**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2016.

- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2016.

- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos confere com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2016, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que são expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.

- Almoxarifado - o saldo dos bens em Almoxarifado confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12/2016. Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do almoxarifado central não estão em bom estado de conservação, sendo necessário adequação para melhor armazenar os estoques.

- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2016 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatou-se que existe sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está parcialmente atualizado.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2016 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.

- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.

- Consignações - os saldos dos depósitos em consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/2016.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2016, apurou-se um Ativo Real Líquido de R$ 23.401.806,84 (vinte e três milhões,quatrocentos e um mil,oitocentos e seis reais e oitenta e quatro centavos)

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2016			
VARIAÇÕES ATIVAS	**VALOR (R$)**	**VARIAÇÕES PASSIVAS**	**VALOR (R$)**
Resultantes da Execução Orçamentária	48.824.895,16	Resultantes da Execução Orçamentária	39.012.433,67
Receita Orçamentária	49.936.616,78	Despesa Orçamentária	38.280.989,42
Mutações Patrimoniais	518.576,08	Mutações Patrimoniais	731.444,25
Independentes da Execução Orçamentária	4.472.315,82	Independentes da Execução Orçamentária	9.240.039,32
Total das Variações Ativas	**53.297.210,98**	**Total das Variações Passivas**	**48.252.472,99**
Déficit	**0,00**	**Superávit**	**5.044.737,99**
Total Geral	**53.297.210,98**	**Total Geral**	**53.297.210,98**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;

- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações, 4490.61 – Aquisição de Imóveis e 4590.61 – Aquisição de Imóveis;

- O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado, 4690.72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado.

Mutações Patrimoniais - Passivas

- O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica 193*.**.** - Receita da Dívida Ativa e 1913.**.** - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;

- O total de bens móveis desincorporados por alienação confere com o total da receita arrecadada na rubrica 221*.**.** – Alienação de Bens Móveis;

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;

- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;

- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados;

- O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado;

- O valor da inscrição da Dívida Fundada contratada no exercício confere com o contrato;

- O valor da atualização da Dívida Fundada confere com a declaração/certidão da entidade credora.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2016, apurou-se um superávit de R$ 5.044.737,99 (cinco milhões,quarenta e quatro mil,setecentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 19

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2016

TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	702.692,01	152.667,43	855.359,44	110.432.259,62	0,00	744.926,82
Por Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	**702.692,01**	**152.667,43**	**855.359,44**	**110.432,62**	0,00	**744.926,82**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, inclusive as dívidas entre entidades da mesma esfera governamental.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

- O valor da amortização, apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado, 4690.72 – Principal da Dívida

- Os empréstimos e financiamentos contraídos no exercício, com prazo de amortização superior a 12 meses, foram contabilizados na rubrica 211*.**.** – Operações de Créditos e os valores guardam paridade com a emissão da dívida apresentada na Demonstração da Dívida Fundada.

6.4. Limites da Dívida

Quadro 20

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	**2015 (R$)**	**2016 (R$)**
Dívida Consolidada Líquida (A)	**702.692,01**	744.926,82
Receita Corrente Líquida (B)	**37.154.162,73**	**42.981.862,64**
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (A / B)	**1,89**	**1,73**
Limite de máximo de endividamento em 2016 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)		**51.578.235,16**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

No exercício de 2016 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondeu a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 21

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	**Saldo Anterior**	**Inscrição**	**Restabeleci-mento**	**Baixa**	**Cancela-mento**	**Saldo Final**
Restos a Pagar	4.682.223,03	1.460.290,26	0,00	4.236.216,51	125.577,36	1.406.879,42
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	221.963,63	2.687.770,69	5.056,91	2.862.428,43	0,00	0,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	52.362,80
Total Geral	**4.904.186,66**	**4.148.060,95**	**5.056,91**	**7.098.644,94**	**12.577,36**	**1.833.082,22**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

- Os cancelamentos de valores da Dívida Flutuante foram decorrentes de restos pagar

- Os Restabelecimentos de valores da Dívida Flutuante foram decorrentes de saldos de Depósitos

6.6. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 22

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	**Saldo Anterior**	**Inscrição**	**Restabe-lecimento**	**Baixa**	**Cancela-mento**	**Saldo Final**
Depósito e consignações	(108.930,62	1.641.488,17	0,00	1.494.471,08	0,00	38.086,47
Total Geral	**(108.930,62**	**1.641.488,17**	**0,00**	**1.494.471,08**	**0,00**	**38.086,47**

Nota: Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.

- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.7. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2016 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 23

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	**2015**	**2016**
Disponível em Caixa e Bancos (A)	40.780.412,05	47.715.161,71
Passivo Financeiro (B)	5.077.343,88	1.833.082,22
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	**8,03**	**26,03**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R$1,00** de dívida a curto prazo no dia 31/12/2016, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuíam disponível em Caixa e Bancos **R$ 26,06**.

Quadro 24

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	**2015**	**2016**
Ativo Financeiro (A)	40.844.638,65	47.753.248,18
Passivo Financeiro (B)	5.077.343,88	1.833.082,22
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	**8,04**	**26,05**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R$1,00** de Passivo Financeiro no dia 31/12/2016, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais e a Autarquia e possuíam disponível **R$26,05**.

Quadro 25

INDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	**2015**	**2016**
Ativo Real (A)	57.699.730,03	63.903.734,90
Passivo Real (B)	39.342.001,18	39.854.595,49
Índice de Liquidez Real (A/B)	**1,46**	**1,60**

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

** Indica que para cada **R$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2016, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuíam **R$ 1,0** de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata aumentaram em 2016 quando comparados com os índices apresentados em 2015, o que demonstra que a Administração está mantendo/buscando o equilíbrio das contas públicas.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

As Operações de Crédito, realizadas no exercício de 2016, foram autorizadas através da Lei Municipal nº 3.425 de 07/03/2016 e obedeceram os limites previstos na Resolução 43/01 de 21/12/2001, do Senado Federal, os quais se destacam abaixo:

Quadro 23

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2016	
TÍTULOS	**(R$)**
Receita Corrente Líquida (A)	**42.981.862,64**
Operações de Crédito realizadas em 2016 (B)	**152.667,53**
Despesas de Capital realizadas em 2016 (C)	1.511.519,54
Total amortizações, juros e encargos da Dívida Consolidada realizada em 2016 (D)	**207.592,73**

TÍTULOS	Limite Máximo	Realizado
Realização de Operações de Crédito quanto à RCL [(B / A) * 100]	**16,0 %**	**0,35**
Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos da dívida [(D / A)* 100]	**11,5 %**	**0,48**
Realização de Operações de Crédito em relação à Despesa de Capital [(B / C) * 100], exceto Operações de Crédito realizadas de acordo com art. 167, III da CF.	**100%**	**10,10**

Obs.: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

- O montante global das operações realizadas no exercício financeiro de 2016 não foi superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida;
- O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

- As operações de crédito contratadas no exercício não ultrapassaram o limite das despesas de capital fixadas na LOA.

1. Houve contratação de operação de crédito junto à instituição financeira que não atendeu às condições e limites estabelecidos pela Lei Complementar n° 101/2000?

() Sim (x) Não

1.1 Em caso afirmativo, informe a ocorrência de cancelamento, amortização ou constituição de reserva, de acordo com o artigo 33 da Lei Complementar n° 101/2000.

---

2. Foram realizadas operações de crédito vetadas pelo artigo 37 da Lei Complementar n° 101/2000?

() Sim (x) Não

2.1 Em caso afirmativo, marcar a(s) operação(ões) realizada(s):

() captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do ,disposto no § 7° do artigo 150 da Constituição;

() recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito à voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

() assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando a empresas estatais dependentes;

() assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

- **Prefeitura, Fundos Especiais, Autarquias e Fundações**

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R$ 1.833.083,22(um milhão,oitocentos e trinta e três mil,oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), sendo R$ 1.365.341,62(um milhão,trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos) restos a pagar processados e R$ 415.377,80 (Quatrocentos e quinze mil,trezentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), restos a pagar não processados.

A administração recebeu as contas desequilibradas e trabalhou com o objetivo de equacionar tal déficit. No exercício de 2016 não foram inscritos restos a pagar sem a disponibilidade de caixa correspondente.

- **Câmara Municipal**

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R$ 4.176,75 (Quatro mil,cento e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), sendo a sua totalidade, restos a pagar não processados.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	**R$**	**%**
Receita Corrente Líquida (A)	42.981.862,64	100
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	18.795.904,04	43,72
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	17.853.675,99	40,26
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	942.228,05	2,12

Nota: Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os

do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

Até 30 dias após o encerramento de cada **quadrimestre**/**semestre**, a Administração divulgou os valores apurados, não ocorrendo excessos de gastos em nenhum período.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes.

10.1. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Quadro 24

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EXERCÍCIO DE 2016	
TÍTULOS	**VALOR (R$) e PERCENTUAL (%)**
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	30.426.718,00
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos (B)	10.615.153,90
Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B+C/A) *100%	28,12

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº 9.394/1996.

O Município concedeu subvenção à APAE durante o exercício de 2016 e os referidos gastos foram computados na manutenção e desenvolvimento do ensino, pois tais recursos foram aplicados exclusivamente no ensino especial pela entidade recebedora, conforme disciplinam o art. 4º, inciso III, art. 60 e art. 77 da Lei nº 9.394/1996 e a Consulta nº 715.950, respondida na sessão plenária do dia 14/08/2007.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 25

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2016	
TÍTULOS	**VALOR (R$)**

Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	5.466.368,84
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	5.521.560,18
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A) * 100%]	101
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (D)	4.245.926,57
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério [E = (D/A) * 100%]	77,67

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Os recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2016 não foram totalmente aplicados no exercício de seu recebimento, tendo em vista que o repasse referente ao 3º decêndio de dezembro 2016 foi maior que o esperado. Entretanto, os recursos não aplicados no exercício de 2016 foram depositados na conta específica do FUNDEB e serão aplicados em 2017, de acordo com o art. 73 da Lei nº 4.320/64, art. 8º, § único, da Lei de Responsabilidade Fiscal e § 2º, do art. 21, da Lei nº 11.494/2007.

Conforme determina o parágrafo único, do art. 27, da Lei 11.494/2007, a prestação de contas está instruída com o parecer conclusivo do conselho acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB.

10.3. Ensino Médio e Superior

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil, mas atuou também no ensino médio por estarem atendidas plenamente as necessidades de sua área de atuação e aplicados os recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição da República.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu que o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2004.

No quadro seguinte são demonstradas a base de cálculo e as despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Quadro 26

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	**VALOR**	**%**
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R$ 30.427.854,70	**100%**
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	R$ 8.770.694,38	**28,93%**

No exercício de 2016 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 27

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2016		
HISTÓRICO	**INGRESSO (R$)**	**APLICAÇÃO (R$)**
Saldo do exercício anterior	24.402,76	
Arrecadado		
	136.010,24	
Gastos		63.993,96
Totais	160.413,00	63.993,96
Saldo para o exercício seguinte		96.393,34

Os recursos arrecadados no exercício financeiro de 2016, oriundos da alienação de bens, não foram utilizados totalmente e encontram-se depositados em conta bancária, os quais serão utilizados no exercício seguinte para o pagamento de despesas de capital, conforme determinam o parágrafo único, do art. 8º e o art. 44, ambos da LRF.

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 28

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2016			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2015.	**Limite Máximo de Repasses em 2016:7% das receitas arrecadadas em 2015, conforme primeira coluna.**	**Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)**	**Repasse Realizado**
R$28.217.717,80	**R$1.975.240,25**	**R$ 1.201.750,00**	**R$ 1.201.750,00**

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

Os repasses ao Poder Legislativo totalizaram o montante de R$ 1.201.750,00 (um milhão,duzentos e um mil,setecentos e cinqüenta reais) no exercício financeiro de 2016. Considerando que o total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2015, totalizaram R$ 28.217.717,80(vinte e oito milhões,duzentos e dezessete mil,setecentos e dezessete reais e oitenta centavos) e que a população do Município é de 20.430 habitantes, depreende-se que o limite máximo de repasses era de R$ 1.975.240,25 (um milhão,novecentos e setenta e cinco mil,duzentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos) e que, portanto, foi obedecido o limite máximo permitido.

Quanto ao limite mínimo de repasses ao Poder Legislativo no exercício de 2016, esclarece-se que ele corresponde ao duodécimo do valor aprovado na Lei Orçamentária de 2016 para o orçamento da Câmara, conforme determina o art. 168 da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

Considerando que as despesas da Câmara foram fixadas no montante de R$ 1.201.750,00 para o exercício de 2016, sendo este o limite mínimo de repasses para aquele exercício, conforme determina o inciso II, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República, o qual também foi cumprido.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

Quadro 29

AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO EXERCÍCIO DE 2016					
PROCESSO	Nº	DATA DE INSTAURAÇÃO	DATA DE COMUNICAÇÃO AO TCE/MG	CAUSAS	RESULTADO
SINDICÂNCIA					
INQUÉRITOS					
PROCESSOS ADMINISTRA-TIVOS					
TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS					

15. Indicação do montante inscrito em restos a pagar e do saldo, na conta depósitos, de valores referentes às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com a avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante

Quadro 30

INDICAÇÃO DO MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR E DOS DEPÓSITOS, REFERENTES AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA EXERCÍCIO DE 2016	
ESPECIFICAÇÃO	(R$)
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE (A)	**1.833.082,22**
MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR DE 2016, REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS DO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (B)	**277.260,33**
MONTANTE DO SALDO DOS DEPÓSITOS, REFERENTES ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES DO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (C)	**18.752,16**

IMPACTO DOS RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO À DÍVIDA FLUTUANTE (D = B / A) * 100	**15,12%**
IMPACTO DOS DEPÓSITOS EM RELAÇÃO À DÍVIDA FLUTUANTE (E = C / A) * 100	**1,02%**
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR E DOS DEPÓSITOS SOBRE O TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE:	

16. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência.

Quadro 31

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS
EXERCÍCIO DE 2016

MÊS	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS, IPSEMG etc.) (R$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R$)
JAN	64.350,71	400.273,29		464.624,00
FEV	46.591,69	246.343,19		292.934,88
MAR	51.768,32	262.631,88		314.400,20
ABR	51.752,83	235.580,77		287.333,60
MAI	50.606,60	234.189,63		284.796,23
JUN	53.215,47	232.876,10		286.091,57
JUL	51.916,30	234.180,29		286.096,59
AGO	56.575,10	234.369,63		234.369,30
SET	54.299,09	236.691,80		290.990,09
OUT	48.072,38	245.985,34		294.057,72
NOV	52.186,28	243.876,29		296.062,57
DEZ	45.294,21	237.322,76		282616,97
TOTAL				

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

17. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

Quadro 32

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA EXERCÍCIO DE 2016	
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR NOMINAL)	**R$ 0,00**
ÍNDICE APLICADO PARA CORREÇÃO DA DÍVIDA	
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR CORRIGIDO)	R$ 0,00
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	
CRITÉRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS:	

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

18. Não houve parcelamento de dívida entre a prefeitura e o Instituto de previdência próprio, no exercício.

19. Aplicação de Recursos Públicos realizada por Entidades de Direito Privado

APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

TIPO DE REPASSE SUBVENÇÃO/AUXÍLIO/CONTRIBUIÇÃO	ENTIDADE BENEFICIÁRIA	LEI AUTORIZATIVA	Nº CONVÊNIO	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO	OBJETO	INFORMAÇÕES SOBRE A ÚLTIMA PRESTAÇÃO DE CONTAS
SUBVENÇÃO	APAE	3436/16	003/16	180.000,00	Ed. Especial	ok
SUBVENÇÃO	Assoc. Casa Lar	3436/16	008/16	22.000,00	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO	Frente de Apoio ao menor	3436/16	007/16	126.000,00	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO	APAE	3436/16	003/16	180.000,00	Ed. Especial	ok
SUBVENÇÃO	Assoc. Casa Lar	3436/16	008/16	22.000,00	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO	Assc. Protet Caes e Gatos	3436/16	006/16	39.999.96	Manutenção	ok

SUBVENÇÃO	Clube dos doadores de sangue	3439/16	016/16	3.000,00	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO	SOS de Muzambinho	3434/16	018/16	5.000,00	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO.	Cons. Desenv. Com. Barra bonita	3439/16	012/16	4.000,00	Material p/ construção	ok
SUBVENÇÃO	Assoc. Comunit. Dos Moradores Moçambo	3436/16	010/16	7.000,00	Material p/ construção	ok
SUBVENÇÃO	Assoc. Comunit. Bairro dos Alves	3436/15	011/16	5.000,00	aquisição de equipamento	ok
SUBVENÇÃO	Assc. Ptrot. Caes e Gatos	3436/16	006/16	39.999.96	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO	Clube dos doadores de sangue	3439/16	016/16	3.000,00	Manutenção	ok
SUBVENÇÃO	SOS de Muzambinho	3434/16	018/16	5.000,00	Manutenção	ok

20. Medidas adotadas para proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado

MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO

PATRIMÔNIO PÚBLICO	MEDIDAS ADOTADAS
CONTROLE DE FROTAS CONFORME ART. 5º III INTCE/MG 08/2003	-Toda a frota do Município é cadastrada em sistema informatizado locada dentro das respectivas unidades. -Todas as despesas com a manutenção dos veículos é controlada, sendo emitido relatório por sistema informatizado. O consumo de combustível /quilometragem percorrida; -controle de reposição de peças e componentes. - Emissão de relatórios para controle e acompanhamento diário. Com fechamento mensal.
CONTROLE DE ALMOXARIFADO CONFORME ART. 5º IV IN TCE/MG 08/2003	Realizado o controle no livro de movimento no sistema informatizado.
INVENTÁRIO ANALÍTICO CONFORME ART. 5º VIII IN TCE/MG 08/2003	Realizado conforme carga patrimonial e depreciação.

21. Termos de Parceria firmados e a participação do município em Consórcio Público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento

PARCERIAS FIRMADAS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

CONSÓRCIO	Nº LEI AUTORIZATIVA	Nº TERMO DE PARCERIA	OBJETO	PARTICIPAÇÃO %	VALOR DO REPASSE
CISLAGOS	2.047/95	Termo de Adesão	serviços de saúde	2% do FPM	268.930,34
CISSUL	3.325/13	Contrato de rateio 03/15	SAMU	0,10/hab	85.865,99

22 . Cumprimento, da parte dos representantes dos Órgãos ou Entidades do Município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas de Minas Gerais

Órgão/Entidade	Módulo	Mês	Ano	Nº Protocolo	Data de Validação da Remessa
Prefeitura	Instrumentos de Planejamento	Janeiro	2016		
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Janeiro	2016	191111001846151623	19/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Fevereiro	2016	181081001846331620	18/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Março	2016	181081001846431611	18/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Abril	2016	181081001846441631	18/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Maio	2016	181081001846461609	18/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Junho	2016	181081001846531635	18/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Julho	2016	191081001846491611	19/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Agosto	2016	191081001846491611	19/10/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Setembro	2016	171141101846371617	17/11/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Outubro	2016	131141201846111609	13/12/16
Prefeitura	Acompanhamento Mensal	Novembro	2016	131141201846581635	13/12/16

23. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 04/2016, e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Muzambinho, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativo e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2016.

Não houve atuação de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município porém acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

A controladoria Interna, por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, teve dificuldades para que todas as recomendações expedidas fossem acatadas integralmente. Porém, foram emitidas recomendações orientando para que os procedimentos fossem executados dentro das melhores práticas, através da introdução de manuais e rotinas.

Pelos demonstrativos contábeis, verificou-se a inscrição de restos a pagar processados e não processados, com disponibilidade financeira para sua efetivação. Com tal fato,resta comprovado o alcance do equilíbrio das contas do Município, e, finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração.
Verificou-se o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Comparativo do Balanço Patrimonial, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração dos Devedores Diversos, a Demonstração da Dívida Fundada, a Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, o Inventário Geral Analítico, o Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo, o parecer conclusivo do conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura, Câmara, Fundos Especiais, Autarquia em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios de

Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Finalmente, esclarece-se que, apesar de não ter mantido o vínculo com o Município de Muzambinho, até a apresentação das contas anuais, como recomendado pelo TCE-MG por meio da Decisão Normativa n. 02/2016, por uma questão de coerência, optou-se pela elaboração deste e análise da prestação de contas do exercício de 2016.

Muzambinho, 30 de março de 2017

Irani Fatima Figueiredo
860.586.818-04

Responsável pelo Controle Interno/Exercício de 2016

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO

MUZAMBINHO
Março/2017

Gestor responsável pela entidade

NOME	CPF
MARIENE JOELMA BUENO	589.409.016-49

CONTROLE INTERNO

NOME	CPF
ALEXANDRA HELENA SALOMÃO NANDI	694.421.506-34

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito.

8. Informação quanto a observância dos limites para inscrever as despesas em restos a pagar.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

10. Informação quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

11. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

12. Detalhamento da composição das contribuições patronais e repasse recebidos pelo RPPS;

13. Indicação do Montante inscrito em restos a pagar na Prefeitura, referente às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência.

14. Medidas adotadas para proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado;

15. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a Restos a Pagar; Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos.

16. Informações sobre os critérios adotados para manter atualizados os dados cadastrais dos contribuintes e segurados,

17. Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitar as despesas, quando verificado déficit na arrecadação,

18. Procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, também dos exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e patronais,

19. Data da realização da última avaliação atuarial, nome do atuário, seguido do número de seu registro como Membro do Instituto Brasileiro de Atuária (MIBA),

20. Informação quanto ao atendimento aos arts 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS 4.992/99,

21. Indicação do percentual contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionistas segurados, da parte patronal e da adicional,

22. Informação do valor do déficit do instituto ou fundo gestor de regime próprio de previdência social, explicitando a forma de amortização, se for o caso,

23. Informação Acerca dos valores de contribuições recebidos da Prefeitura, da Câmara e de entidades da Administração Indireta, de forma individualizada,

24. Comprovação da observância do disposto na Resolução CMN 3.244 de 28 de outubro de 2004, do Banco Central do Brasil, sobre as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social,

25. Informação do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior, nos termos do parágrafo 3º do art. 17 da portaria MPAS 4.992/99, explicitando o percentual definido em lei para a taxa de administração, se for o caso, e o montante das despesas realizadas no exercício destinado a referida taxa,

26.Cumprimento, da parte dos representantes dos Órgãos ou entidades do Município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Constas de Minas Gerais.

27. Conclusão.

Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 08/2008, Instrução Normativa nº 09/2008 e Instrução Normativa nº 03/2014 do TCE/MG, ao art. 62 da Lei Orgânica deste Município, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2016.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2016, deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2016 otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas em programas, compatibilizando-as com os recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da

receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.
Também foi considerada a arrecadação da entidade, a qual superou as expectativas, tendo em vistas as perdas de aplicações, ainda assim, foi suficiente para realizar todos os programas e ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que eram considerados prioritários na execução da LOA.

Desta forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente , e que orientou a elaboração da LOA.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se a seguir a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades elencadas na LDO.

Quadro 01

AVALIAÇAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO EXERCÍCIO DE 2016							
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO	PRIORITÁRIA		REALIZAÇÃO			VALOR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R$)	REALIZADO (R$)
AQUISIÇÃO EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ ATIV. ADMINISTRATIVA		x		x		10.000,00	**0,00**
CONSTRUÇÕES E REFORMAS DA SEDE DO FUNPREV		X		X		70.000,00	**0,00**
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS-FOLHA DE PAGAMENTO	X				X	224.000,00	**134.488,39**
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS-CUSTEIO	X				X	252.000,00	37.411,33
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PERÍCIAS MÉDICAS	X				X	47.000,00	3.000,00
PAGAMENTOS A INATIVOS E PENSIONISTAS	X				x	2.531.000,00	2.562.019,51
MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	X				X	320.000,00	300.595,60
RESERVAS				X		2.546.000,00	0,00
TOTAL						6.000.000,00	3.037.514,83

As ações executadas pela entidade no exercício de 2016 foram voltadas à manutenção das atividades administrativas, pagamentos a inativos e pensionistas, perícias médicas, compra de material de expediente.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir a avaliação das metas fiscais e Receitas, Despesas e Resultado Primário do exercício de 2016, estabelecidas na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF

Quadro 2

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2016		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDA (R$)	REALIZADA (R$)
Receita Total	6.000.000,00	10.091.804,21
(-) Aplicações Financeiras	2.570.000,00	5.339.206,25
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	00,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
= RECEITA FISCAL (I)	3.430.000,00	4.752.597,96
Despesa Total	6.000.000,00	3.037.514,83
(-) Juros e Encargos da Dívida	77.000,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	5.923.000,00	3.037.514,03
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	-2.493.000,00	1.715.083,93

A LDO estabeleceu como meta de resultado primário o valor negativo R$ 2.493.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil reais) para ser alcançado no decorrer do exercício de 2016. Ao final do exercício, o resultado apurado foi de R$ 1.715.083,93(um milhão, setecentos e quinze mil, oitenta e três reais e noventa e três centavos) positivo, tendo sido obtido um valor superior a meta prevista na LDO, o que demonstra o empenho da diretoria em cumprir as suas metas e em honrar seus compromissos.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2016, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1º, art. 4º, da LRF:

Quadro 3

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDA NA LDO EXERCÍCIO DE 2016			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2015	Previsão para 2016	Realizado em 2016
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	0,00	0,00	0,00
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	0,00	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(–) Total do Ativo Disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras)*	37.219.737,28	0,00	44.280.682,25
(–) Haveres Financeiros (devedores diversos)*	24.817,38	0,00	10.777,38
(+) Restos a Pagar Processados*	2.300,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada Líquida	-37.242.254,66	0,00	-44.291.459,63
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00
(-) Passivos Reconhecidos (parcelamento de dívida: INSS, FGTS, PIS/PASEP e outras)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida	-37.242.254,66	0,00	-44.291.459,63
RESULTADO NOMINAL		0,00	-7.049.204,97

O Resultado Nominal do exercício de 2016 corresponde à variação entre a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2016 e a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2015, sendo desejável a obtenção de um resultado negativo que demonstra um decréscimo da dívida em relação ao ano anterior.

Quanto à análise do Resultado Nominal apurado no final do exercício, destaca-se que as metas definidas na LDO foram superadas, sendo que houve uma redução de R$ 7.049.204,97 (sete milhões, quarenta e nove mil, duzentos e quatro reais e noventa e sete centavos).

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Instituto como um instrumento de planejamento. Procurou-se, através da mesma, manter o equilíbrio entre as contas da receita e

despesa, atendendo tão somente os objetivos desta autarquia, no que tange ao pagamento de aposentados e pensionistas.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2016 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei n° 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 , e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 3428 de 17/12/2015.
Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes nesta entidade e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada através de métodos estatísticos;
- A previsão dos repasses a serem realizados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada elemento orçamentário decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita da entidade foi, portanto, estimada em R$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) e a despesa foi fixada em R$6.000.000,00 (seis milhões de reais), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 4

INFORMAÇÕES CONTIDAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA, RELACIONADAS À ENTIDADE EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R$)
Receitas Correntes	3.620.000,00	Despesas Correntes	3.374.000,00
Receitas de Capital	80.000,00	Despesas de Capital	80.000,00
Operações Intra-Orçamentárias Correntes	2.300.000,00	Reservas	2.546.000,00
TOTAL	6.000.000,00	TOTAL	6.000.000,00

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei n° 4.320/64, Lei n° 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas da entidade.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2016.

Nestes aspectos, a programação financeira da receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, telefone, contratos e materiais necessários a manutenção dos serviços;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;

- Informações do setor de pessoal da entidade.
- Experiência e bom senso.

Elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta entidade em termos de arrecadação e do emprego dos recursos previdenciários.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2016							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R$)	EXECUÇÃO (R$)	DIFERENÇA (R$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R$)	EXECUÇÃO (R$)	DIFERENÇA (R$)
Receitas Correntes	3.620.000,00	**6.800.657,04**	3.180.657,04	Créd.Orçament. e Suplementares	3.454.000,00	3.037.514,83	(416.485,17)
Receitas de Capital	80.000,00	00,00	(80.000,00)	Despesas Correntes	3.374.000,00	3.037.514,83	(336.485,17)
Operações Intra-Orçamentárias Correntes	2.300.000,00	3.291.147,17	991.147,17	Despesas de Capital	80.000,00	0,00	(80.000,00)
				Reservas	2.546.000,00	0.00	(2.546.000,00)
Soma	6.000.000,00	10.091.804,21	4.091.804,21	SOMA	6.000.000,00	3.037.514,83	(2.962.485,17)
Déficit	0,00	0,00	0,00	Superávit	0,00	7.054.289,38	7.054.289,38
Total	6.000.000,00	10.091.804,21	4.091.804,21	Total	6.000.000,00	10.091.804,21	4.091.804,21

O valor da receita orçada para o exercício foi de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais) e a efetivamente arrecadada totalizou R$ 10.091.804,21 (dez milhões, noventa e um mil, oitocentos e quatro reais e vinte e um centavos) ocorrendo um excesso de arrecadação no valor de R$ 4.091.804,21 (quatro milhões, noventa e um mil, oitocentos e quatro reais e vinte e um centavos), quando considerada somente a entidade.

O superávit apresentado na coluna execução das despesas demonstra que esta entidade manteve o equilíbrio das contas públicas, comprovando que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. Nosso objetivo é implantar novas formas de planejamento com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas, sem prejuízo dos investimentos necessários nas áreas de atuação, visando desta forma atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

4.4. Créditos adicionais

4.4.1 – Crédito Suplementares

Os Créditos Suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA. Os créditos suplementares atingiram o valor de R$ 51.798,60 (cinquenta e um mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2016		
Lei Orçamentária de 2015	R$	6.000.000,00
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária		25 %
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R$	1.500.000,00
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R$	0,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R$	1.500.000,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R$	51.798,60
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R$	1.448.201,40

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 7

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R$)	AV (%)	Arrecadação (R$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R$)	AH %	AV%
Receitas Correntes	7.585.959,08	74.48	5.579.544,47	(35,96)	63,17	6.800.657,04	21.89	67,39
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Receitas Correntes Intra	2.599.301,79	25,52	3.252.942,37	25,14	36,83	3.291.147,17	1,17	32,61
TOTAL	10.185.260,87	100	8.832.486,84	(15,31)	100	10.091.804,21	14,26	100

A receita tem como sua maior fonte de arrecadação a contribuição patronal e dos servidores e a remuneração dos investimentos do RPPS.

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 100% (cem por cento) das receitas orçamentárias, não tendo o Instituto receitas de capital.

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores.

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir :

Quadro 08

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R$)	AV (%)	Realizada (R$)	AH (%)	AV%	Realizada (R$)	AH (%)	AV%
Despesa Corrente	2.273.839,84	98	2.561.957,48	100	12.67	3.037.514,83	18,56	100
Despesa de Capital	300,00	0.02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.274.139,84	100	2.561.957,48	100	12,65	3.037.514,83	18,56	100

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica Despesa de Capital diminuiu no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014 e em 2016 também não houve despesas de capital.

4.7. Reserva Orçamentária do RPPS

A LOA do exercício de 2016 contemplou a reserva orçamentária do RPPS, que constituirá reserva do exercício para suportar déficits futuros, em que as receitas previstas serão menores que as despesas em cada exercício.

Não foi utilizada a reserva do RPPS no exercício de 2016.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária, ocorridos no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
Em síntese, a execução financeira no exercício de 2016 assim processou-se:

Quadro 09

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2016			
INGRESSOS (R$)		DISPÊNDIOS (R$)	
Orçamentários	10.091.804,21	Orçamentários	3.037.514,83
Extra-orçamentários	663.513,84	Extra-orçamentários	656.858,25
Disponível no Período Anterior	37.219.737,28	Disponível para o Período Seguinte	44.280.682,25
TOTAL	47.975.055,33	TOTAL	47.975.055,33

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas somente nos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir a programação financeira:

Quadro 10

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO 2016		
Meses	**Receitas Orçada (R$)**	**Receitas Arrecadadas (R$)**
Janeiro	435.200,00	1.123.023,13
Fevereiro	435.200,00	742,025,22
Março	435.200,00	795.401,16
Abril	435.200,00	723.605,58
Maio	435.700,00	799.073,66
Junho	435.700,00	796.826,18
Julho	435.700,00	877.966,02
Agosto	435.700,00	769.002,46
Setembro	435.700,00	844.993,74
Outubro	435.700,00	707.609,31
Novembro	438.500,00	809.885,26
Dezembro	1.206.500,00	1.102.392,49

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO 2016		
Meses	**Receitas Orçada (R$)**	**Receitas Arrecadadas (R$)**
TOTAL	**6.000.000,00**	**10.091.804,21**

Quadro 11

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL 2016		
Meses	Despesa Prevista (R$)	Despesa Empenhada (R$)
Janeiro	259.200,00	230.703,16
Fevereiro	259.200,00	251.470,33
Março	259.900,00	222.180,09
Abril	259.900,00	239.235,26
Maio	264.900,00	224.900,05
Junho	259.900,00	233.341,10
Julho	265.400,00	229.986,76
Agosto	260.400,00	234.032,36
Setembro	300.400,00	234.008,03
Outubro	295.400,00	238.791,92
Novembro	276.400,00	240.830,58
Dezembro	493.000,00	458.035,19
TOTAL	**3.454.000,00**	**3.037.514,83**

Quadro 12

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2016		
Meses	Pagamentos Previstos (R$)	Pagamentos Realizados (R$)
Janeiro	259.200,00	223.103,16
Fevereiro	259.200,00	225.638,65
Março	259.900,00	224.884,23
Abril	259.900,00	229.459,25
Maio	264.900,00	240.066,25
Junho	259.900,00	236.086,56
Julho	265.400,00	229.893,27
Agosto	260.400,00	239.565,52
Setembro	300.400,00	236.792,64
Outubro	295.400,00	238.917,55
Novembro	276.400,00	243.559,25
Dezembro	493.000,00	469.548,50

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2016		
Meses	Pagamentos Previstos (R$)	Pagamentos Realizados (R$)
TOTAL	**3.454.000,00**	**3.037.514,83**

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim apresentou-se o patrimônio da entidade nos exercícios de 2015 e 2016:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2015 e 2016					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2015 (R$)	2016 (R$)	TÍTULOS	2015 (R$)	2016 (R$)
Financeiro	37.219.737,28	44.280.682,25	Financeiro	2.327,50	0,00
Créditos em Circulação	10.777,38	10.777,38	0,00	0,00	0,00
Permanente	56.849,17	56.849,17	Permanente	33.562.625,29	37.276.586,45
Soma do Ativo Real	37.287.363,83	44.348.308,80	Soma do Passivo Real	33.564.952,79	37.276.586,45
Passivo Real a Desc.	0,00	0,00	Patrimônio Liquido	3.722.411,04	7.071.722,35
Compensado	7.312.000,00	6.000.000,00	Compensado	7.312.000,00	6.000.000,00
TOTAL	44.599.363,83	50.348.308,80	TOTAL	44.599.363,83	50.348.308,80

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2016.

- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2016.

- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos confere com o dos créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2016, sendo que os bens incorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que está sendo mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2016 –os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores , não há restos a pagar de 2016.

- Restos a pagar de exercícios anteriores – Não há restos a pagar de exercícios anteriores.

- Consignações – não há depósitos em consignações, não há valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- Dívida Fundada Interna – O Instituto não possui empréstimos, financiamentos e parcelamentos.

- O saldo do passivo permanente confere com o cálculo atuarial do exercício de 2016.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2016, apurou-se um Ativo Real Líquido de R$ 7.071.722,35 (sete milhões, setenta e um mil, setecentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 14

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2015			
VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR (R$)	VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR (R$)
Resultantes da Execução Orçamentária		Resultantes da Execução Orçamentária	
Receita Orçamentária	10.091.804,21	Despesa Orçamentária	3.037.514,83
Mutações Patrimoniais	0,00	Mutações Patrimoniais	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	0,00	Independentes da Execução Orçamentária	3.719.018,07
Total das Variações Ativas	10.091.804,21	Total das Variações Passivas	6.756.532,90
Déficit	0,00	Superávit	3.335.271,31
Total Geral	10.091.804,21	Total Geral	10.091.804,21

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício que pode ser deficitário ou superavitário.

Mutações Patrimoniais – Ativas

- não se adquiriu bens móveis, portanto não houve bens móveis incorporados por aquisição .

- Não houve bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição ou construção.

Mutações Patrimoniais – Ativas

- Não houve mutações patrimoniais.

Independentes da Execução orçamentária - Ativas

- Não houve lançamentos Independentes da Execução Orçamentária.

Independente da Execução orçamentária – Passivas

- O valor de R$ 5.056,91 (cinco mil, cinquenta e seis reais e noventa e um centavos) confere com o balancete de despesa de dezembro de 2016. O valor de R$ - 3.713.961,16 (três milhões, setecentos e treze mil, novecentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos) confere com o apurado pelo cálculo atuarial de 2015,

conforme demonstrado no anexo 15, VARIAÇÃO PATRIMONIAL ATÉ DEZEMBRO DE 2016.

INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Desvalorização de Bens .....R$ 5.056,91
Provisões ..... R$ 3.713.961,16

R$ 3.719.018,07

Resultado Patrimonial .

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2016, apurou-se um superávit de R$ 3.335.271,31(três milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e um centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

O Instituto não possui empréstimos, financiamentos e parcelamentos.

6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO DE 2015						
TÍTULOS	**Saldo Anterior**	**Inscrição**	**Restabeleci-mento**	**Baixa**	**Cancela-mento**	**Saldo Final**
Restos a Pagar	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	27,50	463.238,64	5.056,91	468.323,05	0,00	0,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	**2.327,50**	**463.238,64**	**5.056,91**	**470.623,05**	**0,00**	**0,00**

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço financeiro.

- Não houve cancelamentos de dívida flutuante.

6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 16

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	**Saldo Anterior**	**Inscrição**	**Restabe-lecimento**	**Baixa**	**Cancela-mento**	**SaldoFinal**
Abono de Permanência	10.777,38	0,00	0,00	0,00	0,00	10.777,38
Auxílio Alimentação	14.040,00	186.235,20	0,00	200.275,20	0,00	0,00
Total Geral	**24.817,38**	**186.235,20**	**0,00**	**200.275,20**	**0,00**	**10.777,38**

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Instituto de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra orçamentárias demonstradas no balanço financeiro.

6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2016 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

Quadro 17 INVENTÁRIO GERAL EM 31/12/2016

ATIVO PERMANENTE **BENS MÓVEIS** SECRETARIA DO IPREM		
01 mesa c/06 gavetas 1,50m de madeira	4,00	
01 mesa c/02 gavetas 1,00m de madeira	1,85	
01 cadeira giratória	2,33	
03 cadeiras fixas	1,64	
01 arquivo de aço c/04 gavetas	3,27	
01 máquina de escrever FACIT	12,36	
01 calculadora eletrônica	2,91	
01 mesa para telefone	0,73	
01 linha telefônica (035) 571.2256	101,45	
01 impressora EPSON LX 810L	18,18	

01 microcomputador AT 3.86 DX, 4 MB 40 MHZ, drive 1.2 e 1.4 MB, HD 170 MB, monitor VGA monocromático, 2 saídas sereais e 01 saída paral.	725,45	
01 armário de aço PA 90	140,00	
01 armário de aço PA 90 CASI	140,00	
01 bebedouro inox garrafão IBBL 110v	290,00	
02 garrafões p/água 20 litros	30,00	
02 micro-motor N 270 s/spray	710,00	
01 contra ângulo Standart P/MM nº R 1375	225,00	
02 canetas RS 350	344,00	
01 mocho flex mecânico 30 nº 072 C	110,00	
01 cadeira odontológica VersaS10.20.30.70nº 9736	1.002,00	
01 refletor focus L cadeira 20.42.70 nº 10653	598,00	
01 unid. auxiliar Beta SX, c/1 sugador 20.42.70 nº 7985	225,00	
01 raio x Spectro 70x móvel analog. 127v 10.70 nº 7218	1.922,00	
01 equipo cartflex BSSTD p/beta SX 20.43.50.71 nº 1159	490,00	
01 estufa Odontobrás	275,00	
01 moto compressor SCHULZ	565,00	
01 conjunto p/microcomputador	80,00	
01 armário Santa Luzia	186,00	
01 mesa MOVAÇO 1,60m c/06 cadeiras	190,00	
01 conjunto estofado M.ªD. Scoth 3.2L	120,00	
01 mesa de centro James Fox mogno	65,00	
01 foto polimirizador Ultralux	534,00	
01 amalgmador Dsamat	518,00	
01 mesa auxiliar	270,00	
01 circulador de ar MALLHORY	42,00	
01 escrivaninha marca IRACEMA 115 03 gavetas	95,00	
01 estabilizador de voltagem 1 KVA	45,00	
01 microcomputador DX4, 100 MHZ, HD 840 MB, Drive 1.44, tecl.mouse, 2 saídas seriais e 1 paralela	1.220,00	
01 monitor SVGA, 14 pol., color SYNCMASTER III	380,00	
02 estantes de aço	70,00	
Bens adquiridos em 1997		
01 Aparelho Set Sonic	1.800,00	
Bens adquiridos em 1999		
01 Kit pentium III 500(PCI MB digitron) processa dor Pentium 500 MHZ, drive 1.44, winchester 6.4gb, monitor SVGA color Sansung 14”	2.600,00	
01 Impressora EPSON LX 300	500,00	
01 Rack p/ micro cinza	90,00	
01 conjunto de microcomputador, processador intel pentium, memória DDR II markvision 1GB, HD 320 GB, gabinete 4 baias, gravador DVD, teclado mouse óptico, cx de som , monitor LCD 18,5”	1.481,00 399,00	

01 impressora HP laserjet P1005 01 impressora multifuncional HP laserjet pro 1212 NF 01 computador completo 02 estantes de aço 30 cm	1.024,00 1.590,00 300,00	21.849,17
BENS IMÓVEIS 01 Casa c/Terreno com 329,75 metros quadrados, Registro livro 02, folhas 1v R2 m-183		35.000,00
Total do Ativo Permanente		56.849,17

6.7. Análise dos índices das contas Públicas

Quadro 18

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	**2015**	**2016**
Disponível em Caixa e Bancos (A)	37.219.737,28	44.280.682,25
Passivo Financeiro (B)	2.327,50	0,00
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	**15.991,29**	**44.280.682,25**

Indica que para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo no dia 31/12/2016, o Instituto possui disponível em Caixa/Bancos R$ 44.280.682,25 (quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Quadro 19

INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	**2015**	**2016**
Ativo Financeiro (A)	37.219.737,28	44.280.682,25
Passivo Financeiro (B)	2.327,50	0,00
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	**15.991,29**	**44.280.682,25**

Indica que para cada R$ 1,00 de Passivo Financeiro no dia 31/12/2016, o Instituto possui disponível R$ 44.280.682,25 (quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Quadro 20

INDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	**2015**	**2016**
Ativo Real (A)	37.287.363,83	44.348.308,80
Passivo Real (B)	33.564.952,79	37.276.586,45
Índice de Liquidez Real (A/B)	**1,11**	**1,19**

Indica que para cada R$ 1,00 de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2016, o Instituto possui R$ 1,19 (um real e dezenove centavos) de ativo real.

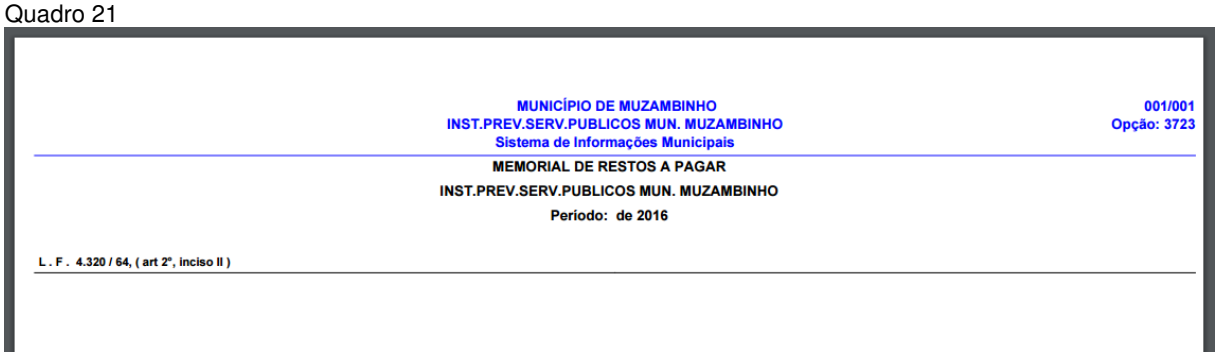
Os índices de pronta liquidez e imediata diminuíram em 2016 quando comparados com os índices apresentados em 2015, mas a diminuição não comprometeu o equilíbrio das contas públicas. Portanto, as contas públicas mantiveram-se equilibradas, atendendo a determinação do § 1º, do art 1º, da LRF.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito.

Não foram realizadas operações de crédito no exercício de 2016 pelo Instituto.

8. Informação quanto a observância dos limites para inscrever as despesas em restos a pagar.

Quadro 21



MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO — 001/001
INST.PREV.SERV.PUBLICOS MUN. MUZAMBINHO — Opção: 3723
Sistema de Informações Municipais

MEMORIAL DE RESTOS A PAGAR

INST.PREV.SERV.PUBLICOS MUN. MUZAMBINHO

Período: de 2016

L . F . 4.320 / 64, (art 2º, inciso II)

Em 2016 não houve restos a pagar.

A Diretoria Executiva recebeu as contas equilibradas e trabalhou com o objetivo de manter essa situação, atendendo desta forma as exigências da legislação.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

Quadro 22

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2016.	
TÍTULOS	R$
Receita Corrente Líquida do Município (A)	42.981.862,64
Gastos com Pessoal da Entidade (B)	2.907.285,46
Percentual Total Aplicado pela Entidade (B/A)	6,764%
3.1.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3.1.90.01.00 – Aposentadorias, reserva Remunerada e Reformas	2.235.687,21
3.1.90.03.00 – Pensões do RPPS e do Militar	325.312,67
3.1.90.05.00 – Outros Benefícios Prev.do Servidor e do Militar	211.797,19
3.1.90.11.05 – Pessoal Cargo Comissionado	120.773,72
3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais	13.714,67
TOTAL	2.907.285,46

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a LRF, os gastos com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pela entidade, os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

10. Informações quanto á destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

Não houve alienação de ativos no Instituto de Previdência.

11. Avaliação dos procedimentos adotados quanto a renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

A prefeitura está em dia com o Instituto, portanto não há renegociação de dívidas.

12. Detalhamento da composição das Contribuições Patronais e Repasses recebidos pelo RPPS.

Quadro 23

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E REPASSES RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
PREFEITURA /EXERCÍCIO ATUAL			
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
JANEIRO	FEVEREIRO	246.343,19	PREFEITURA
FEVEREIRO	MARÇO	262.631,88	PREFEITURA
MARÇO	ABRIL	235.580,77	PREFEITURA
ABRIL	MAIO	234.189,63	PREFEITURA
MAIO	JUNHO	232.876,10	PREFEITURA
JUNHO	JULHO	234.180,29	PREFEITURA
JULHO	AGOSTO	234.369,63	PREFEITURA
AGOSTO	SETEMBRO	236.691,80	PREFEITURA
SETEMBRO	OUTUBRO	245.985,34	PREFEITURA
OUTUBRO	NOVEMBRO	243.876,29	PREFEITURA
NOVEMBRO	DEZEMBRO	237.322,76	PREFEITURA
DEZEMBRO	DEZEMBRO	233.111,53	PREFEITURA
TOTAL		2.877.159,21	

Quadro 24

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
ENTIDADE/ EXERCÍCIO ATUAL			
JANEIRO	JANEIRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
FEVEREIRO	FEVEREIRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
MARÇO	MARÇO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
ABRIL	ABRIL	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
MAIO	MAIO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
JUNHO	JUNHO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
JULHO	JULHO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
AGOSTO	AGOSTO	1.371,47	INST.DE PREVIDENCIA
SETEMBRO	SETEMBRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
OUTUBRO	OUTUBRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
NOVEMBRO	NOVEMBRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
DEZEMBRO	DEZEMBRO	2.057,20	INST. DE PREVIDENCIA
TOTAL		13.714,67	

Quadro 25

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PREFEITURA /EXERCÍCIO ANTERIOR ANO DE COMPETÊNCIA 2015					
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	RESTOS A PAGAR 2014	JUROS	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
DEZEMBRO	JANEIRO	396.121,57	4.151,72	400.273,29	PREFEITURA
TOTAL				400.273,29	

Em 2016, o Instituto obteve uma arrecadação de contribuições patronais no valor total de R$ 3.291.147,17 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

Quadro 26

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
PREFEITURA /EXERCÍCIO ATUAL			
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
JANEIRO	FEVEREIRO	99.237,41	PREFEITURA
FEVEREIRO	MARÇO	95.862,36	PREFEITURA
MARÇO	ABRIL	96.500,03	PREFEITURA
ABRIL	MAIO	96.688,97	PREFEITURA
MAIO	JUNHO	95.139,77	PREFEITURA
JUNHO	JULHO	95.526,43	PREFEITURA
JULHO	AGOSTO	95.711,03	PREFEITURA
AGOSTO	SETEMBRO	95.823,52	PREFEITURA
SETEMBRO	OUTUBRO	100.716,60	PREFEITURA
OUTUBRO	NOVEMBRO	195.779,33	PREFEITURA
NOVEMBRO	DEZEMBRO	95.076,90	PREFEITURA
TOTAL		1.162.062,35	

Quadro 27

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDORES RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
IPREM /EXERCÍCIO ATUAL			
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
JANEIRO	JANEIRO	1.642,22	IPREM
FEVEREIRO	FEVEREIRO	1.685,44	IPREM
MARÇO	MARÇO	1.800,84	IPREM
ABRIL	ABRIL	1.618,75	IPREM
MAIO	MAIO	2.064,47	IPREM
JUNHO	JUNHO	2.213,09	IPREM
JULHO	JULHO	2.131,31	IPREM
AGOSTO	AGOSTO	2.085,68	IPREM
SETEMBRO	SETEMBRO	1.723,16	IPREM
OUTUBRO	OUTUBRO	2.342,82	IPREM
NOVEMBRO	NOVEMBRO	2.403,38	IPREM
DEZEMBRO	DEZEMBRO	3.750,61	IPREM
TOTAL		25.461,77	

Quadro 28

MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	RESTOS A PAGAR 2015	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
DEZEMBRO	JANEIRO	173.893,42	173.893,42	PREFEITURA
TOTAL		173.893,42	173.893,42	

Em 2016, o Instituto obteve uma arrecadação de contribuições do servidor no valor total de R$ 1.361.417,54 (Um milhão, trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos).

O Instituto não possui contribuintes para o INSS. Seus funcionários são cedidos pela Prefeitura.

13. Indicação do Montante inscrito em restos a pagar na Prefeitura, referente às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência.

Quadro 29

PREFEITURA –CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS– DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR/2016		
Valor a Receber em 2016	Valor recebido	Restos a Pagar
3.518.407,50	3.291.147,17	227.260,33
TOTAL	3.291.147,17	227.260,33

O Instituto de Previdência tem a receber da Prefeitura R$ 227.260,33, (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta reais e trinta e três centavos) referente a contribuição patronal do mês de dezembro de 2016, com vencimento em janeiro de 2017.

Quadro 30

Valor a Receber em 2016	Valor recebido	Restos a Pagar
1.455.893,82	1.361.417,54	94.476,28
TOTAL	1.361.417,54	94.476,28

A Prefeitura tem a repassar ao Instituto referente a contribuição do servidor o valor de R$ 94.476,28 (noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), referente ao mês de dezembro/2016.

14. Medidas adotadas para proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado.

Não foram adotadas medidas para proteger o Patrimônio do Instituto, pois este possui somente bens móveis de uso próprio e uma casa.

15. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos.

- CERTIFICAÇÃO -

Certifica-se que os registros da dívida de natureza previdenciária estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Muzambinho, especialmente aqueles referentes a contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado na tabela a seguir:

Quadro 31

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2016			
TÍTULOS DAS CONTAS	R$	TÍTULOS DAS CONTAS	R$
Passivo Financeiro – Restos A Pagar	0,00	Ativo Financeiro Investimentos do RPPS	44.280.682,25
Passivo Financeiro – Consignações	0,00	Ativo Financeiro Créditos a Receber	10.777,38
Passivo Permanente–Não Financeiro Obrigações Exigíveis a Longo Prazo -Provisões Matemáticas Previdenciárias	37.276.586,45	**Ativo Permanente – Não Financeiro** **Imobilizado**	56.849,17
Patrimônio Líquido Resultado acumulado	7.071.722,35	Ativo Real (Financeiro + Permanente)	44.348.308,80
TOTAL	44.348.308,80	TOTAL	44.348.308,80

16. Informações sobre os critérios adotados para manter atualizados os dados cadastrais dos contribuintes e segurados;

A Prefeitura tem realizado recadastramento dos servidores com objetivo de manter o Cadastro atualizado para realização do cálculo atuarial e manutenção de informações para os fins que se fizerem necessários, utilizando o modelo a seguir:

Quadro 32

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE MUZAMBINHO – IPREM-

CADASTRO DE SEGURADO

Matrícula: _____ Efetivo: ☐
Nome do Segurado: _____
Nome da Mãe: _____
Sexo: M ☐ F ☐ Estado Civil: Casado ☐ Solteiro ☐ Outro ☐
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP.: _____ Naturalidade: _____
Data de nascimento: _____ Fone: _____
CPF: _____ RG.: _____
PIS: _____ CTPS: _____
Órgão de Lotação: _____
Cargo: _____
Vencimento base: _____ Adicional por Tempo de Serviço (%): _____
Nível: _____ Ref.: _____ Classe: _____
Data de ingresso no Órgão Público (estatutário): ____/____/____
Gratificações: _____
Remuneração de Contribuição: _____
Tempo de Serviço na Iniciativa Privada: _____
Período(s): _____
Cargo(s): _____
Tempo de Serviço Público com Contribuição para o INSS: _____
Período(s): _____
Cargo(s): _____

Dependentes/Nome	Dependência	Data de Nascimento

Declaro que as informações acima são verdadeiras. Data: ____/____/____

_____
Ass. do Segurado

17 - Comportamento da arrecadação de receitas de contribuições em relação à previsão contida na lei do orçamento, com indicação das principais medidas adotadas para limitar as despesas, quando verificado déficit na arrecadação;

Quadro 33

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - ORÇADA	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - ARRECADADA
3.200.000,00	4.652.564.71

Nas receitas de contribuições, houve uma arrecadação maior que a orçada, portanto um excesso de arrecadação no valor de R$ 1.452.564,71 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).

18 - Procedimentos adotados para possibilitar a cobrança, também dos exercícios anteriores, de contribuições não recebidas dos segurados e patronais;

A Prefeitura fez o repasse da patronal de dezembro de 2015 em janeiro de 2016 com as devidas atualizações.

Quadro 34

VALOR DEVIDO PELO EXECUTIVO	ATUALIZAÇÃO	VALOR RECEBIDO PELO INSTITUTO
396.121,57	4.151,72	400.273,29

A contribuição do servidor foi repassada tempestivamente.
Não há débitos anteriores da Prefeitura Municipal para com o IPREM .

19. Data da realização da última avaliação atuarial, nome do atuário, seguido do número de seu registro como Membro do Instituto Brasileiro de Atuária (MIBA);

A avaliação atuarial foi elaborada em 08/06/2016 , com data base dos dados em 30/12/2015– Atuário: THIAGO FERNANDES – MIBA 100.002 , conforme cálculo atuarial .

20. Informação quanto ao atendimento aos arts. 8º, 10 e 11 da Portaria MPAS 4.992/99;

O IPREM não possui sistema de assistência aos segurados. Possui apenas um regime de previdência (Lei 016/2008 art. 2º, inciso II, art. 46 inciso I, e art. 49 parágrafo,3ºI) e uma unidade gestora, e não possui qualquer tipo de convênio, conforme Lei Complementar 016 de 30/12/2008 e Lei complementar 018/2010 de 23/06/2010.

21. Indicação do percentual contributivo dos servidores ativos, inativos e pensionistas segurados, da parte patronal e da contribuição adicional;

Patronal : 21,96 % a partir de outubro de 2010 - Lei Complementar 018/2010 de 23/06/2010 , art. 13 inciso III.

Plano de Equacionamento e Alíquota Suplementar para cobertura de Passivo Previdenciário e Déficit atuarial – 4,50% (quatro virgula cinquenta), conforme cálculo atuarial e lei nº 3426 de 10/12/2015.

Segurados, aposentados e pensionistas : 11%, conforme Lei Complementar 018/2010 de 23/06/2010, art. 13, inciso II.

22. Informação do valor do déficit do instituto ou fundo gestor de regime próprio de previdência social, explicitando a forma de amortização, se for o caso;

O Instituto fechou com um resultado atuarial deficitário em R$ 18.142.185,00 (dezoito milhões, cento e quarenta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais), mas através da Lei nº 3426 de 10/12/2015 que instituiu o plano de custeio para equacionamento do déficit mencionado. O pagamento dos contribuintes através da alíquota suplementar fará com que haja um equilíbrio técnico atuarial até o exercício de 2044.

O plano de custeio será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção e seu equilíbrio financeiro atuarial.

Foi criado o plano de Equacionamento e financiamento do Passivo Previdenciário e cobertura do déficit atuarial do IPREM, instituindo alíquotas suplementares escalonadas, conforme Lei nº 3426 de 10 de dezembro de 2015, que segue:

PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 3.426, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

CRIA NOVO PLANO DE EQUACIONAMENTO E FINANCIAMENTO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO E COBERTURA DO DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL DO IPREM, INSTITUI ALÍQUOTAS SUPLEMENTARES ESCALONADAS DE ACORDO COM O CÁLCULO ATUARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, representante legítima do povo, aprova e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado novo plano de equacionamento e financiamento do passivo previdenciário e cobertura do déficit Técnico atuarial do IPREM, para cumprimento, conforme tabela anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Ficam criadas alíquotas suplementares, para equacionamento do passivo previdenciário e cobertura do déficit Técnico atuarial do IPREM, conforme estudo atuarial realizado em 2015 e tabela anexa.

Art. 3º. A contribuição e custo suplementar são de responsabilidade do Ente Federativo e tem como base de cálculo o montante do valor da folha de pagamento dos servidores civis ativos da Prefeitura Municipal de Muzambinho.

Art. 4º. O plano de financiamento e as alíquotas suplementares deverão ser revistas e adequadas de acordo com o cálculo e estudo atuarial realizado anualmente.

Art. 5º. Fica Revogada a Lei 3.170/2010.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Muzambinho-MG, 10 dezembro de 2015.

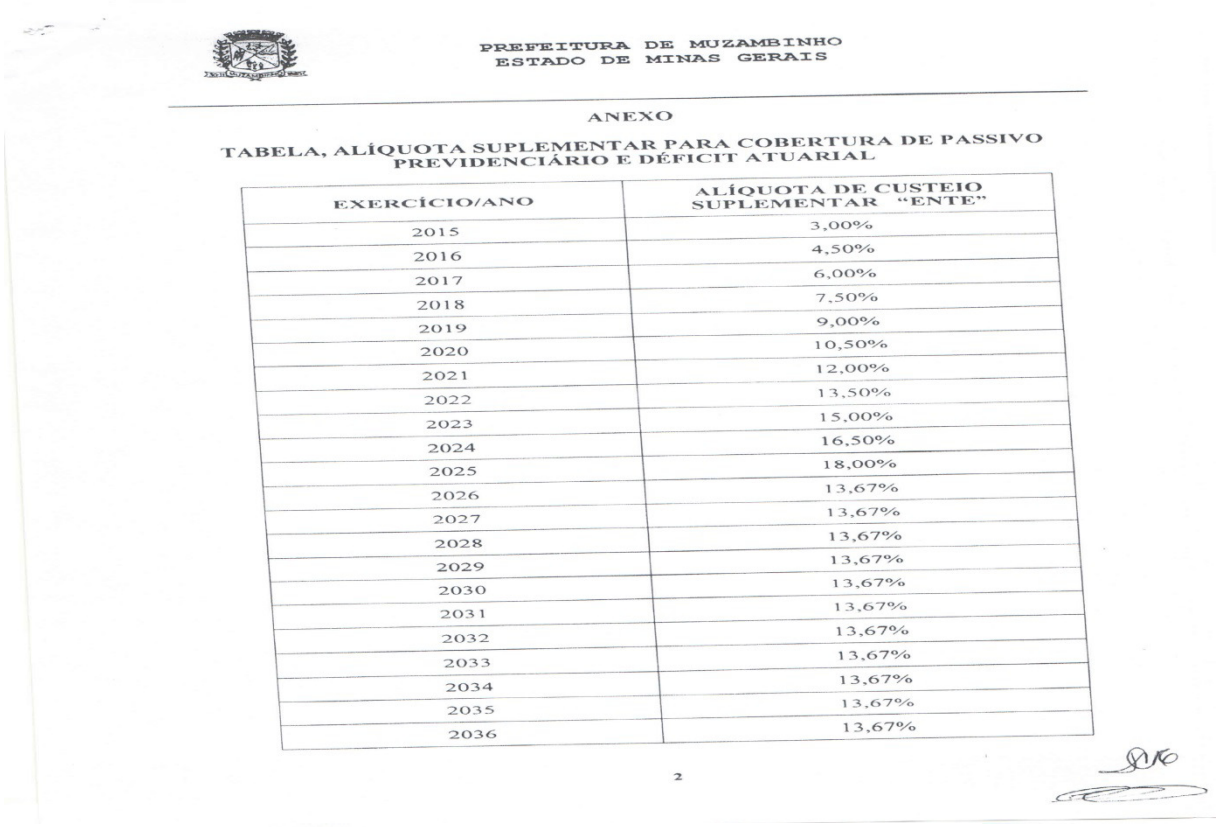
Ivan Antônio de Freitas
Prefeito

Norma Cerávolo Montanari
Chefe de Gabinete

Registrado e Publicado no local de costume, no saguão desta Prefeitura
Em: 10/12/15

Norma Cerávolo Montanari
Chefe de Gabinete

1



PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO

TABELA, ALÍQUOTA SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DE PASSIVO PREVIDENCIÁRIO E DÉFICIT ATUARIAL

EXERCÍCIO/ANO	ALÍQUOTA DE CUSTEIO SUPLEMENTAR "ENTE"
2015	3,00%
2016	4,50%
2017	6,00%
2018	7,50%
2019	9,00%
2020	10,50%
2021	12,00%
2022	13,50%
2023	15,00%
2024	16,50%
2025	18,00%
2026	13,67%
2027	13,67%
2028	13,67%
2029	13,67%
2030	13,67%
2031	13,67%
2032	13,67%
2033	13,67%
2034	13,67%
2035	13,67%
2036	13,67%

2

PREFEITURA DE MUZAMBINHO
ESTADO DE MINAS GERAIS

2037	13,67%
2038	13,67%
2039	13,67%
2040	13,67%
2041	13,67%
2042	13,67%
2043	13,67%
2044	13,67%

A alíquota suplementar durante o exercício de 2016 foi de 4,5%.

23. Informação acerca dos valores de contribuições recebidos da Prefeitura, da Câmara e de entidades da Administração Indireta, de forma individualizada;

Os valores mensais de contribuições foram repassados tempestivamente pela Prefeitura Municipal conforme segue: .

Quadro 35

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E REPASSES RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
PREFEITURA /EXERCÍCIO ATUAL			
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
JANEIRO	FEVEREIRO	246.343,19	PREFEITURA
FEVEREIRO	MARÇO	262.631,88	PREFEITURA
MARÇO	ABRIL	235.580,77	PREFEITURA
ABRIL	MAIO	234.189,63	PREFEITURA
MAIO	JUNHO	232.876,10	PREFEITURA
JUNHO	JULHO	234.180,29	PREFEITURA
JULHO	AGOSTO	234.369,63	PREFEITURA
AGOSTO	SETEMBRO	236.691,80	PREFEITURA
SETEMBRO	OUTUBRO	245.985,34	PREFEITURA
OUTUBRO	NOVEMBRO	243.876,29	PREFEITURA
NOVEMBRO	DEZEMBRO	237.322,76	PREFEITURA
DEZEMBRO	DEZEMBRO	233.111,53	PREFEITURA
TOTAL		2.877.159,21	

Quadro 36

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
ENTIDADE/ EXERCÍCIO ATUAL			
JANEIRO	JANEIRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
FEVEREIRO	FEVEREIRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
MARÇO	MARÇO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
ABRIL	ABRIL	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
MAIO	MAIO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
JUNHO	JUNHO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
JULHO	JULHO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
AGOSTO	AGOSTO	1.371,47	INST.DE PREVIDENCIA
SETEMBRO	SETEMBRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
OUTUBRO	OUTUBRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
NOVEMBRO	NOVEMBRO	1.028,60	INST. DE PREVIDENCIA
DEZEMBRO	DEZEMBRO	2.057,20	INST. DE PREVIDENCIA
TOTAL		13.714,67	

Quadro 37

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PREFEITURA /EXERCÍCIO ANTERIOR ANO DE COMPETÊNCIA 2015					
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	RESTOS A PAGAR 2015	JUROS	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
DEZEMBRO	JANEIRO	396.121,57	4.151,72	400.273,29	PREFEITURA
TOTAL				400.273,29	

Quadro 38

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
PREFEITURA /EXERCÍCIO ATUAL			
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
JANEIRO	FEVEREIRO	99.237,41	PREFEITURA
FEVEREIRO	MARÇO	95.862,36	PREFEITURA
MARÇO	ABRIL	96.500,03	PREFEITURA
ABRIL	MAIO	96.688,97	PREFEITURA
MAIO	JUNHO	95.139,77	PREFEITURA
JUNHO	JULHO	95.526,43	PREFEITURA
JULHO	AGOSTO	95.711,03	PREFEITURA
AGOSTO	SETEMBRO	95.823,52	PREFEITURA
SETEMBRO	OUTUBRO	100.716,60	PREFEITURA
OUTUBRO	NOVEMBRO	195.779,33	PREFEITURA
NOVEMBRO	DEZEMBRO	95.076,90	PREFEITURA
TOTAL		1.162.062,35	

Quadro 39

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDORES RECEBIDOS PELO RPPS EM 2016			
IPREM /EXERCÍCIO ATUAL			
MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
JANEIRO	JANEIRO	1.642,22	IPREM
FEVEREIRO	FEVEREIRO	1.685,44	IPREM

MARÇO	MARÇO	1.800,84	IPREM
ABRIL	ABRIL	1.618,75	IPREM
MAIO	MAIO	2.064,47	IPREM
JUNHO	JUNHO	2.213,09	IPREM
JULHO	JULHO	2.131,31	IPREM
AGOSTO	AGOSTO	2.085,68	IPREM
SETEMBRO	SETEMBRO	1.723,16	IPREM
OUTUBRO	OUTUBRO	2.342,82	IPREM
NOVEMBRO	NOVEMBRO	2.403,38	IPREM
DEZEMBRO	DEZEMBRO	3.750,61	IPREM
TOTAL		25.461,77	

Quadro 40

MÊS DE COMPETÊNCIA	MÊS DE RECOLHIMENTO	RESTOS A PAGAR 2015	VALOR RECEBIDO R$	ORGÃO/ENTIDADE (R$)
DEZEMBRO	JANEIRO	173.893,42	173.893,42	PREFEITURA
TOTAL		173.893,42	173.893,42	

O valor recebido da Patronal foi de R$ 3.291.147,17 (três milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e quarenta e sete reais e dezessete centavos, sendo R$ 400.273,29 (quatrocentos mil, duzentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos) referente a contribuição patronal da Prefeitura de exercícios anteriores, dezembro 2015), R$ 2.877.159,21 (dois milhões, oitocentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos) referente a contribuição da Prefeitura no exercício de 2016 e R$ 13.714,67 (treze mil, setecentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos), referente a contribuição dos servidores do IPREM -exercício atual;

O valor da contribuição dos servidores se deu no total de R$ 1.361.417,54 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos) , sendo e R$ 1.162.062,35 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos) referente a contribuição dos servidores da Prefeitura no exercício de 2016 e R$ 25.461,77 (vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais, e setenta e sete centavos) referente a contribuição dos segurados do Instituto no exercício atual e R$ 173.893,42 (cento e setenta e três mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e dois centavos) referente a contribuição dos servidores de exercícios anteriores.

Os contribuintes do Instituto são somente a Prefeitura e o próprio Instituto de Previdência.

24. Comprovação da observância do disposto na Resolução CMN 3.244, de 28 de outubro de 2004, do Banco Central do Brasil, sobre as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social;

Os recursos foram aplicados na Caixa Econômica Federal: fundo- CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO, CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO, CX FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP, CX FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP, CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF, CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF, TES, e no Banco do Brasil - BB PREVID RF IRF- M1 – CNP JBB PREVID RF IRF-M1, conforme segue :

Extrato conta corrente

GOVERNO

Extrato conta corrente

A33G050930265006011
05/01/2017 09:34:38

Cliente - Conta atual
Agência 654-8
Conta corrente 15855-0 INSTITUTO DE PREVIDENCIA
Período do extrato 12 / 2016

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
23/11/2016		0000	00000	000 Saldo Anterior			36.181,24 C
08/12/2016		0654	99015	870 Transferência on line 08/12 0654 3540-8 PREF M MUZAMBI	550.654.000.003.540	5.200,98 C	
08/12/2016		0654	99015	870 Transferência on line 08/12 0654 3540-8 PREF M MUZAMBI	550.654.000.003.540	16.070,40 C	57.452,62 C
09/12/2016		0654	99015	870 Transferência on line 09/12 0654 3540-8 PREF M MUZAMBI	550.654.000.003.540	313,14 C	
09/12/2016		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv 104 1093 010810342000120 INSTITUTO DE	120.901	46.048,14 D	
09/12/2016		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico Tarifa referente a 09/12/2016	833.440.902.509.002	8,60 D	11.709,02 C
29/12/2016		0654	99015	870 Transferência on line 29/12 0654 3540-8 PREF M MUZAMBI	550.654.000.003.540	4.405,89 C	
29/12/2016		0654	99015	870 Transferência on line 29/12 0654 3540-8 PREF M MUZAMBI	550.654.000.003.540	15.681,60 C	31.796,51 C
31/12/2016		0000	00000	999 S A L D O			31.796,51 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J5762748 DACRE DONIZETTI DA SILVA.

GovConta Caixa

CAIXA

:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:
GovConta CAIXA:
Conta Referência:
Nome:
Período:

GOVCONTA CAIXA
1093600014
1093/006/00000019-0
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SER
de: 01/12/2016 até: 31/12/2016

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R$)	Saldo (R$)
01/12/2016	273310	DEB TARIFA	211,06D	108.071,65C
02/12/2016	228013	APLICACAO	100.000,00D	8.071,65C
05/12/2016	207255	RESGATE	10.000,00C	18.071,65C
05/12/2016	328673	TEV MESM T	2.507,91D	15.563,74C
05/12/2016	330208	TEV MESM T	38,19D	15.525,55C
05/12/2016	332332	TEV MESM T	10.537,68D	4.987,87C
08/12/2016	000001	CRED TED	2.173,03C	7.160,90C
08/12/2016	000001	CRED TED	59.277,88C	66.438,78C
08/12/2016	000001	CRED TED	3.769,19C	70.207,97C
08/12/2016	000001	CRED TED	69.894,76C	140.102,73C
08/12/2016	000001	CRED TED	55.630,97C	195.733,70C
08/12/2016	078505	CRED TEV	8.979,28C	204.712,98C
08/12/2016	079808	CRED TEV	3.402,75C	208.115,73C
08/12/2016	081046	CRED TEV	2.247,21C	210.362,94C
09/12/2016	000001	CRED TED	46.048,14C	256.411,08C
09/12/2016	000001	CRED TED	19.101,29C	275.512,37C
12/12/2016	344420	APLICACAO	55.000,00D	220.512,37C
12/12/2016	273310	FOL PAGTO	212.051,69D	8.460,68C
13/12/2016	042848	PAG BOLETO	551,51D	7.909,17C
14/12/2016	021097	DOC ELET E	287,63D	7.621,54C
14/12/2016	033404	DOC ELET E	72,86D	7.548,68C
14/12/2016	876293	PAG GPS	27,50D	7.521,18C
14/12/2016	158737	TEV MESM T	218,92D	7.302,26C
14/12/2016	160781	TEV MESM T	87,51D	7.214,75C
14/12/2016	162222	TEV MESM T	237,33D	6.977,42C
14/12/2016	163692	TEV MESM T	110,28D	6.867,14C
14/12/2016	165139	TEV MESM T	137,69D	6.729,45C
14/12/2016	166338	TEV MESM T	295,49D	6.433,96C
14/12/2016	167523	TEV MESM T	296,98D	6.136,98C
14/12/2016	168919	TEV MESM T	159,87D	5.977,11C
14/12/2016	021097	DOC/TEDELETRONICO	7,85D	5.969,26C
14/12/2016	033404	DOC/TEDELETRONICO	7,85D	5.961,41C
16/12/2016	243967	APLICACAO	95.000,00D	89.038,59D
16/12/2016	149979	CRED TEV	95.076,90C	6.038,31C
16/12/2016	949516	PAG FONE	181,86D	5.856,45C
16/12/2016	191162	TEV MESM T	2.507,91D	3.348,54C
16/12/2016	192648	TEV MESM T	38,19D	3.310,35C
16/12/2016	273310	DEB TARIFA	222,04D	3.088,31C
20/12/2016	000001	CRED TED	2.182,64C	5.270,95C
20/12/2016	000001	CRED TED	59.067,44C	64.338,39C
20/12/2016	000001	CRED TED	3.769,19C	68.107,58C
20/12/2016	000001	CRED TED	56.041,82C	124.149,40C
20/12/2016	000001	CRED TED	30.421,96C	154.571,36C
20/12/2016	000001	CRED TED	55.999,81C	210.571,17C
20/12/2016	551652	CRED TEV	9.737,66C	220.308,83C
20/12/2016	554311	CRED TEV	3.402,75C	223.711,58C
20/12/2016	556557	CRED TEV	1.794,88C	225.506,46C

GovConta Caixa

21/12/2016	504943	APLICACAO	220.000,00D	5.506,46C
22/12/2016	420248	RESGATE	245.000,00C	250.506,46C
23/12/2016	000151	CRED.AUTOR	255,72C	250.762,18C
23/12/2016	001212	CRED.AUTOR	230,95C	250.993,13C
23/12/2016	362462	TEV MESM T	1.181,16D	249.811,97C
23/12/2016	363732	TEV MESM T	102,49D	249.709,48C
23/12/2016	273310	FOL PAGTO	204.338,77D	45.370,71C
27/12/2016	009161	DOC ELET E	108,17D	45.262,54C
27/12/2016	009369	DOC ELET E	318,31D	44.944,23C
27/12/2016	009569	DOC ELET E	125,35D	44.818,88C
27/12/2016	117085	ENVIO TED	5.122,65D	39.696,23C
27/12/2016	068192	TEV MESM T	1.487,38D	38.208,85C
27/12/2016	069754	TEV MESM T	15.155,82D	23.053,03C
27/12/2016	071058	TEV MESM T	1.849,00D	21.204,03C
27/12/2016	077987	TEV MESM T	15.743,10D	5.460,93C
27/12/2016	009161	DOC/TEDELETRONICO	7,85D	5.453,08C
27/12/2016	009369	DOC/TEDELETRONICO	7,85D	5.445,23C
27/12/2016	009569	DOC/TEDELETRONICO	7,85D	5.437,38C
29/12/2016	173129	TEV MESM T	141,04D	5.296,34C
29/12/2016	273310	DEB TARIFA	209,84D	5.086,50C
30/12/2016	-	Saldo Atualizado		5.086,50C

Jorge Soares

682,19

GovConta Caixa

CAIXA

:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato: GOVCONTA CAIXA
GovConta CAIXA: 1093600014
Conta Referência: 1093/006/00000181-2
Nome: INSTIT DE PREV SERV PUBL MUZAMBI
Período: de: 01/12/2016 até: 31/12/2016

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R$)	Saldo (R$)
02/12/2016	227947	RESGATE	27.745,84C	27.795,84C
05/12/2016	332332	CRED TEV	10.537,68C	38.333,52C
06/12/2016	357996	APLICACAO	38.333,52D	0,00
30/12/2016	-	Saldo Atualizado		0,00

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
MUZAMBINHO, MG	1093	5404	05/01/2017

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	03.737.206/0001-97	04/07/2006

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2016	Cota em: 30/12/2016
1,1072	13,9950	13,9950	2,924917	2,957304

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SER	10.810.342/0001-20	006.00000019-0	12/2016	01/01

Análise do Perfil do Investidor — Data da Avaliação

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	7.260.159,17C	2.482.176,129309
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	255.000,00D	86.510,101209
Rendimento Bruto no Mês	79.553,54C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	7.084.712,71C	2.395.666,028100
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R$	Qtde de Cotas
05 / 12	RESGATE	10.000,00D	3.414,015730
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
22 / 12	RESGATE	245.000,00D	83.096,085478
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação	Rendimento Base	IRRF
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 726 0101	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp

Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br

CAIXA - Extrato de Fundos

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
MUZAMBINHO, MG	1093	0055	05/01/2017

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	00.834.074/0001-23	02/10/1995

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2016	Cota em: 30/12/2016
0,6826	8,4676	8,4676	5,545491	5,583346

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
INSTIT DE PREV SERV PUBL MUZAMBI	10.810.342/0001-20	006.00000181-2	12/2016	01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	27.728,48C	5.000,182920
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	27.745,84D	5.000,182920
Rendimento Bruto no Mês	17,36C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	0,00	0,000000
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R$	Qtde de Cotas
02 / 12	RESGATE	27.745,84D	5.000,182920
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação	Rendimento Base	IRRF
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 726 0101	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
	Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
MUZAMBINHO, MG	1093	5187	05/01/2017

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CX FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP	11.060.913/0001-10	29/06/2010

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2016	Cota em: 30/12/2016
1,3783	15,1911	15,1911	2,125212	2,154503

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
INSTIT DE PREV SERV PUBL MUZAMBI	10.810.342/0001-20	006.00000181-2	12/2016	01/01
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	187.181,06C	88.076,416469
Aplicações	38.333,52C	18.010,131354
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	3.049,20C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	228.563,78C	106.086,547824
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R$	Qtde de Cotas
06 / 12	APLICACAO	38.333,52C	18.010,131354

Dados de Tributação	Rendimento Base	IRRF
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 726 0101	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
	Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br

CAIXA - Extrato de Fundos

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
MUZAMBINHO, MG	1093	5187	05/01/2017

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CX FI BRASIL IMA-B 5 TP RF LP	11.060.913/0001-10	29/06/2010

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2016	Cota em: 30/12/2016
1,3783	15,1911	15,1911	2,125212	2,154503

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SER	10.810.342/0001-20	006.00000019-0	12/2016	01/01

Análise do Perfil do Investidor — Data da Avaliação

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	12.126.591,27C	5.706.061,917492
Aplicações	370.000,00C	172.777,829579
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	169.386,61C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	12.665.977,88C	5.878.839,747071
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R$	Qtde de Cotas
12 / 12	APLICACAO	55.000,00C	25.795,981924
16 / 12	APLICACAO	95.000,00C	44,414,876084
21 / 12	APLICACAO	220.000,00C	102.566,971570

Dados de Tributação	Rendimento Base	IRRF
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 726 0101	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp

Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br

https://sidmfextrato.caixa.gov.br/sidmfextrato/Controller/extrato_extratoFundoInvesti... 05/01/2017

CAIXA - Extrato de Fundos

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
MUZAMBINHO, MG	1093	5462	05/01/2017

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF	05.164.356/0001-84	10/02/2006

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2016	Cota em: 30/12/2016
1,1071	14,0366	14,0366	3,163056	3,198077

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SER	10.810.342/0001-20	006.00000019-0	12/2016	01/01

Análise do Perfil do Investidor	Data da Avaliação

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	3.722.521,69C	1.176.875,051734
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	41.215,34C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	3.763.737,03C	1.176.875,051734
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R$	Qtde de Cotas

Dados de Tributação	Rendimento Base	IRRF
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 726 0101	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

CAIXA - Extrato de Fundos

Página 1 de 1

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento
Para simples verificação

Nome da Agência	Código	Operação	Emissão
MUZAMBINHO, MG	1093	5464	05/01/2017

Fundo	CNPJ do Fundo	Início das Atividades do Fundo
CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	10.740.670/0001-06	28/05/2010

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2016	Cota em: 30/12/2016
1,1802	14,5809	14,5809	1,973971	1,997268

Administradora

Nome	Endereço	CNPJ da Administradora
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	CPF/CNPJ	Conta Corrente	Mês/Ano	Folha
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SER	10.810.342/0001-20	006.00000019-0	12/2016	01/01

Análise do Perfil do Investidor	Data da Avaliação

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	10.341.839,76C	5.239.104,196451
Aplicações	100.000,00C	50.625,144598
Resgates	0,00	0,000000
Rendimento Bruto no Mês	123.167,38C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	10.565.007,14C	5.289.729,341049
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R$	Qtde de Cotas
02 / 12	APLICACAO	100.000,00C	50.625,144598

Dados de Tributação	Rendimento Base	IRRF
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC:	Endereço para Correspondência:
0800 726 0101	Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria:	Endereço Eletrônico:
0800 725 7474	https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
	Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33G050930265006012
05/01/2017 09:35:06

Cliente

Agência	654-8
Conta	15855-0 INSTITUTO P M MUZAMBINHO
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2016

BB Previd RF IRF-M1 - CNPJBB PREVID RF IRF-M1

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/11/2016	SALDO ANTERIOR	9.821.137,00			4.754.651,533694		
30/12/2016	SALDO ATUAL	9.935.821,06			4.754.651,533694		4.754.651,533694

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	9.821.137,00
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	114.684,06
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	114.684,06
SALDO ATUAL =	9.935.821,06

Valor da Cota

30/11/2016	2,065585024
30/12/2016	2,089705415

Rentabilidade

No mês	1,1677
No ano	14,4830
Últimos 12 meses	14,4830

Transação efetuada com sucesso por: J5762748 DACRE DONIZETTI DA SILVA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

25. Informação do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior, nos termos do § 3º do art.17 da portaria MPAS 4.992/99, explicitando o percentual definido em lei para a taxa de administração, se for o caso, e o montante das despesas realizadas no exercício destinado à referida taxa;

Valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS relativo ao exercício de 2015 é de R$ 14.812.601,02 (quatorze milhões, oitocentos e doze mil, seiscentos e um reais e dois centavos), que é a base de cálculo da despesa administrativa do Exercício de 2016.

CALCULANDO A RECEITA : R$14.812.601,02 X 2% (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE 2%, conforme portaria MPAS 402/2008, art. 15, e Lei Complementar nº 018 de 23 de junho de 2010 art. 26 parágrafo 1º) = R$ 296.252,03 (duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e três centavos) que se refere ao valor da receita para cobrir despesas administrativas do Instituto no Exercício de 2016. Conforme segue:

BASE DE CÁLCULO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA 2015

Valor total das Remunerações, proventos e Pensões dos segurados (Prefeitura, Câmara Municipal, Administração Indireta) vinculados ao RPPS relativo ao exercício anterior (2015)

Quadro 41

Mês	ATIVOS PMM A	Pensionistas IPREM B	APOSENTADOS IPREM C	Aposentados/ Pensionistas PMM D	Demais Benefícios E
Janeiro	931.922,27	21.569,93	154.272,25	24.462,24	5.571,29
Fevereiro	942.815,52	21.569,93	154.912,55	24.462,24	4.854,83
Março	959.106,32	21.569,93	155.043,88	24.462,24	4.375,86
Abril	961.611,01	24.109,61	157.230,28	24.462,24	2.659,90
Maio	921.400,91	23.937,37	159.320,20	24.462,24	3.284,19
Junho	930.999,35	24.545,70	160.270,38	24.462,24	7.939,73
Julho	976.986,03	24.097,05	161.305,33	24.462,24	7.286,70
Agosto	923.866,75	24.986,93	162.990,41	24.527,24	6.008,78
Setembro	905.320,95	25.048,53	162.879,43	24.527,24	9.122,14
Outubro	918.360,71	24.395,80	162.879,43	24.527,24	10.679,09
Novembro	917.060,37	24.395,80	165.705,52	24.527,24	8.649,25
Dezembro	888.687,64	27.455,86	163.204,68	24.527,27	6.520,93
13º salário	851.185,35	20.590,66	146.606,75	23.927,24	13.631,84
T O T A L	12.029.323,18	308.273,10	2.066.621,09	317.799,12	90.584,53
SOMA A+B+C+D = 14.812.601,02 X 2% (taxa de administração) = 296.252,03					

Quadro 42

MÊS	LIMITE DESPESAS.ADM.	GASTOS DESPESAS ADM.	SOBRAS	PERDAS
Janeiro	24.687,66	12.981,13	11.706,53	0,00
Fevereiro	24.687,67	15.181,76	9.505,91	0,00
Março	24.687,67	13.145,79	11.541,88	0,00
Abril	24.687.67	12.549,83	12.137,84	0,00
Maio	24.687,67	15.701,18	8.986,49	0,00
Junho	24.687,67	13.268,32	11.419,35	0,00
Julho	24.687,67	8.367,77	16.319,90	0,00
Agosto	24.687,67	17.360,79	7.326,88	0,00
Setembro	24.687,67	18.663,37	6.024,30	0,00
Outubro	24.687,67	10.546,95	14.140,72	0,00
Novembro	24.687,67	14.149,99	10.537,68	0,00
Dezembro	24.687,67	25.282,84	-595,17	0,00
TOTAL	296.252,03	177.199,72	119.052,31	0,00

Total das despesas administrativas no Exercício de 2016 : R$ 296.847,20 (duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)

Vale ressaltar que houve sobras no saldo a ser gasto com despesas administrativas em 2016 no valor de R$ 119.052,31 (cento e dezenove mil, cinquenta e dois reais e trinta e um centavos), que foi depositado na conta 006181-2 caixa econômica/reservas administrativas. O valor referente às sobras de dezembro de 2016 foi depositado em janeiro de 2017, após o encerramento do exercício de 2016.

O saldo da conta reservas administrativas está assim composta em dezembro de 2016: R$ 13.862,23 referente as sobras de 2014 + R$ 74.470,42 referente as sobras de janeiro a novembro de 2015 + R$ 3.938,35 rendimentos = R$ 92.271,00 + R$ 1.722,22 referente as sobras dezembro/2015 + R$ 119.052,31 referente as sobras de janeiro a novembro de 2016 + R$ 15.262,24 rendimentos – R$ 339,16 referente a perdas de aplicações = R$ 227.968,61.

26. Cumprimento, da parte dos representantes dos Órgãos ou entidades do Município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Quadro 43

Órgão/Entidade	Módulo	Mês	Ano	Nº Protocolo	Data de Validação da Remessa
Inst..Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Janeiro	2016	263080801846471653	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Fevereiro	2016	263080801846531629	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Março	2016	263080801846571630	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Abril	2016	263090801846011628	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Maio	2016	263090801846061645	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Junho	2016	263090801846121621	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Julho	2016	263090801846191641	26/08/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Agosto	2016	133150901846111625	13/09/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Setembro	2016	113161001846091628	11/10/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Outubro	2016	163141101846481603	16/11/2016
Inst.Prev.Serv.Públicos Mun.Muzambinho - IPREM	Acompanhamento Mensal	Novembro	2016	133141201846061645	13/12/2016

27. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 04/2016 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão de Controle Interno do Instituto de Previdência do Município de Muzambinho acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2016.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos nossos trabalhos, examinaram-se os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os

mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade desta entidade. Verificou-se o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o comparativo do Balanço Patrimonial, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração dos Devedores Diversos, a Demonstração dos Bens Incorporados, o Inventário Geral Analítico e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira desta entidade em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Muzambinho, 21 de março de 2016

_____
ALEXANDRA HELENA SALOMÃO NANDI
Controladora Interna-CPF- 694.421.506-34